

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins



Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Março de 2010

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Palmas - TO, Março de 2010

Sumário

1.	Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2.	Objetivos e metas institucionais	8
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	8
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.3	Observações Gerais.....	17
2.4	Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	19
2.4.1	Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	19
	Principais Ações do Programa.....	19
2.4.1.1	Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	19
2.4.1.2	Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	22
2.4.1.3	Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	24
2.4.1.4	Ação 4460- Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	26
2.4.1.5	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	28
2.4.2	Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	29
	Principais Ações do Programa.....	29
2.4.2.1	Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	29
2.4.2.2	Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	32
2.4.2.3	Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	34
2.4.2.4	Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.	34
2.4.2.5	Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	35
2.4.2.6	...Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	36
2.4.2.7	...Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	37
2.4.2.8	...Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	40

2.4.3	Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	42
	Principais Ações do Programa.....	42
2.4.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	42
2.4.3.2	Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural	45
2.4.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	45
2.4.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	47
2.4.3.5	Ação 8380 – Retomadas de Terras Públicas	49
2.4.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	49
2.4.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	50
2.4.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	51
	Principais Ações do Programa.....	51
2.4.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	51
2.4.5	Programa 1120 – Paz no Campo	53
	Principais Ações do Programa.....	53
2.4.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	53
2.4.5.2	Ação 4288 - Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais	55
2.4.5.3	Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários	56
2.4.6	Programa 1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.....	56
2.4.7	Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	60
	Principais Ações do Programa.....	61
2.4.7.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	61
2.4.7.2	Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	62
2.4.8	Programa 1350 – Educação no Campo	63
	Principais Ações do Programa.....	63
2.4.8.1	Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo	63
2.4.8.2	Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	63
2.4.8.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	64

2.4.8.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	65
2.4.9	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura no Campo.....	67
	Principais Ações do Programa.....	67
2.4.9.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	67
2.4.9.2	Ação 2272 - Gestão do Programa.....	70
2.4.10	Programa 0750 – Apoio Administrativo	71
	Principais Ações do Programa.....	71
2.4.10.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	71
2.4.10.2	Ação 2003 - Ações de Informática.....	75
2.5	Desempenho Operacional.....	77
2.4.1.	Programação Orçamentária	77
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO).....	77
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	77
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	77
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	77
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	78
2.4.2	Execução Orçamentária.....	81
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	81
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação	81
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	82
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	84
2.4.3	Evolução de Gastos Gerais	86
2.4.4	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	87
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	92
3.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	93
3.1	Composição dos Recursos Humanos.....	93
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	93
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	94
3.2	Humanos Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra da Área-fim no exercício de 2009	97
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.....	98
3.4	Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	98
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	101

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	102
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício ...	103
7. Previdência Complementar Patrocinada	108
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	108
9. Renúncias tributárias.....	108
10. Operações de fundos.....	108
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	109
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	113
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	113
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	114
15. Informações Contábeis da Gestão.....	114
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	115

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SR-26/TO			
Código SIORG: 4148		Código LOA: 49201	
Código SIAFI: 373085			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração indireta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones:	(63) 3219-5200 (63) 3219-5201	Fax	(63) 3219-5205
Endereço eletrônico: www.incr.gov.br			
Endereço Postal: 302 Norte, Alameda 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte. CEP 77.006-336 Palmas-TO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 95, de 8 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991, com definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133084	Unidade Avançada de Araguaína		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373079	Unidade Avançada de Gurupi		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373086	Unidade Avançada de Araguaatins		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373085		37201	
133084		37201	
373079		37201	
373086		37201	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com estrutura regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009.

Sua missão institucional é implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. Está presente em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do órgão foram estabelecidos na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), em legislação complementar e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.

De acordo com o Regimento Interno, a Superintendência Regional em Tocantins (SR-26/TO) é um órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos, assim definidos:

- **Gerenciamento da estrutura fundiária:** gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (Lei 5.868/72); fiscalização cadastral; implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Lei 10.267/01); emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); treinamento e capacitação das Unidades Municipais de Cadastramento.

- **Regularização da estrutura fundiária:** georreferenciamento de imóveis; titulação de posseiros; destinação de terras públicas; discriminação e arrecadação de terras devolutas; regularização e titulação de quilombolas.

• **Implantação e desenvolvimento de assentamentos:** cadastramento e seleção de famílias; obtenção de terras; criação de projetos de assentamento; assessoria técnica, social e ambiental; topografia; licenciamento ambiental; concessão de créditos de instalação; infraestrutura básica; crédito para investimento e custeio da produção; fomento à agroindústria e à comercialização; concessão de títulos de domínio e posse às famílias assentadas; recuperação de passivo ambiental; programas e ações nas áreas de educação, cidadania e igualdade de direitos de gênero, raça e etnia.

Como resultado da coordenação e execução das atividades citadas, a SR-26/TO tem os seguintes objetivos:

- Promover o acesso à terra;
- Implantar ações para incentivar a produção, a geração de renda e o acesso a direitos fundamentais em parcerias com outros entes governamentais;
- Implantar ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das famílias assentadas e comunidades rurais tradicionais;
- Assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva.

A partir dessas atribuições e objetivos, compete à Regional implantar a política de reforma agrária, democratizando o acesso à terra, com a promoção de desenvolvimento rural, a geração de renda para o homem do campo, a segurança alimentar e a permanência dos assentados na terra, com o desenvolvimento de programas e ações, que buscam viabilizar a produção sustentável nos assentamentos a fim de assegurar a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

As ações incluem a obtenção de terras para a implantação de projetos de reforma agrária, o cadastro e a seleção de famílias beneficiárias, a aplicação de créditos para a instalação dos projetos, a contratação de assessoria técnica para os assentamentos, a construção de obras de infraestrutura, além de programas especiais para promover a inclusão social e a cidadania dos trabalhadores rurais. Esses programas e ações serão descritos e detalhados no presente relatório, mas citamos em linhas gerais:

- Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas;
- Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais;
- Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;

- Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária;
- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária;
- Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas;
- Assistência Técnica e Capacitação de Assentados;
- Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária;
- Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- Gerenciamento do Cadastro de Imóveis Rurais;
- Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;
- Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos;
- Promoção de cidadania e direitos de igualdade de gênero com a emissão de documentos civis e trabalhistas.

O público alvo da SR-26/TO é composto por famílias assentadas, famílias acampadas, agricultores familiares que vivem em comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, atingidos por barragens e outras obras de infraestrutura, mulheres e jovens trabalhadores rurais.

A Regional trabalha com um público de mais de 23 mil famílias assentadas. Contabilizamos ainda 738 famílias acampadas cadastradas e 139 pedidos de sindicatos de trabalhadores rurais e associações de sem terra com demanda de criação de novos projetos para assentamento de trabalhadores rurais.

Não há demanda de desintrução de não índios de áreas indígenas. Em relação às comunidades quilombolas, há 22 processos formalizados de identificação, delimitação, demarcação e criação de territórios no estado. Os processos em estágio avançado beneficiarão 444 famílias remanescentes de quilombos, após a sua conclusão.

A SR-26 possui Sede em Palmas e Unidades Avançadas nos municípios de Araguaína, Araguaatins e Gurupi. Foi criada pela Portaria nº 95, de 08/08/91, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991.

As ações de reforma agrária no estado foram executadas de 1987 a 1991 pela Superintendência de Goiás, que implantou 34 projetos e assentou 3.192 famílias. O primeiro projeto criado foi o PA São João, no município de Porto Nacional, em 1987.

A Superintendência de Tocantins administra atualmente 366 projetos, nos quais foram assentadas 23.209 famílias, em áreas que totalizam 1.211.627 hectares, distribuídos em 99 municípios tocantinenses.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Para executar suas metas e atribuições institucionais, implantando as ações e programas nas áreas de reforma agrária, ordenamento fundiário e gerenciamento da estrutura fundiária, a SR-26/TO adotou as seguintes estratégias de atuação:

- Realização de reuniões com os movimentos sociais para apontar demandas e prioridades no assentamento de trabalhadores rurais sem terra e para informar sobre a execução das ações na área;
- Reunião da direção desta Regional em diversos Projetos de Assentamentos (PA) a fim de levantar demandas das famílias assentadas;
- Reunião da direção desta Regional com gestores municipais e estaduais;
- Definição de áreas prioritárias para intervenção com a identificação de terras públicas e privadas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra;
- Atualização periódica da planilha referencial de preços dos imóveis por regiões;
- Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento, com orientação aos sindicatos de trabalhadores rurais e associações de sem terra sobre o perfil e aptidão necessários, assim como os impedimentos e os critérios de cadastro, seleção, legitimação e homologação;
- Realização de mutirões regionais para atender demandas e potencializar a solução de conflitos ou a execução de ações na área de desenvolvimento dos projetos. O objetivo é promover reuniões com representantes dos assentamentos sobre as necessidades dos projetos nas áreas de infraestrutura, crédito e produção. Nos mutirões, a autarquia emite também documentos e declarações para os assentados, regulariza a situação cadastral de famílias assentadas, efetua o cadastro para o assentamento em parcelas vagas ou em novos projetos, a desistência, transferência ou retomada de parcelas, a quitação de títulos. As famílias são orientadas, ainda, sobre o acesso aos programas e políticas de incentivo à agricultura familiar nas áreas de fomento, crédito rural, produção e meio ambiente durante os mutirões;
- Contratação de prestadoras de assessoria técnica a fim de promover o assessoramento técnico, social e ambiental dos assentados com o objetivo de fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;

- Acompanhamento da situação sócio-econômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas durante os mutirões regionais, as visitas dos técnicos na execução de ações ou ainda com o apoio das prestadoras de assessoria técnica;
- Apoio das prestadoras de assessoria técnica na implantação de modalidades do Programa de Crédito Instalação na área produtiva com capacitação e orientação técnica sobre o desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- Padronização das ferramentas de execução e monitoramento dos programas de desenvolvimento dos assentamentos nas áreas de crédito instalação, assessoria técnica e concessão de crédito produtivo do Pronaf, com a definição de equipes, capacitação dos servidores e participação das prestadoras de assessoria técnica nas discussões de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho;
- Estabelecimento de parcerias com outras esferas governamentais, na forma de convênios sob supervisão e fiscalização da SR-26, bem como a contratação de empresas para execução de serviços de engenharia para implantação e recuperação de infraestrutura básica;
- Capacitação e promoção do acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária, mediante celebração de convênios com instituições de ensino ou discussões a fim de elaborar propostas pedagógicas de novos cursos;
- Definição de parâmetros internos e rotinas de trabalho para execução e acompanhamento dos programas e ações;
- Gerenciamento da estrutura fundiária com a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da atualização de dados dos imóveis, fiscalização cadastral, georreferenciamento das propriedades e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- Treinamento dos gestores das Unidades Municipais de Cadastramento e a implantação de novas unidades a fim de descentralizar os serviços de atualização e emissão do CCIR;
- Regularização das terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome da União por meio do Programa Terra Legal Amazônia;
- Gestão para reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra por meio da intervenção do ouvidor agrário regional.

Com o objetivo de aperfeiçoar as rotinas de trabalho e monitorar as ações de sua responsabilidade, a SR-26 promove, regularmente, reunião entre superintendente, chefes de divisões, asseguradores de programas e o serviço de planejamento para discutir a execução física e orçamentária das ações e o cumprimento de metas. As divisões são incentivadas, sempre que necessário, a reunir-se internamente para debater suas ações e rotinas.

No início de cada ano, ocorre reunião com a presença de todos os servidores para apresentação do balanço das ações executadas no ano anterior e programação de metas do novo exercício. No final do ano, os gestores debatem ainda a programação de metas proposta pela direção nacional da autarquia para o próximo exercício, com a definição de ajustes e sugestões de acordo com a capacidade operacional da regional, demandas e deficiências locais.

A adoção das estratégias elencadas assegurou a execução das políticas de responsabilidade do órgão, apesar dos entraves legais/ administrativos e as dificuldades operacionais de recursos humanos, materiais e financeiros.

Deve-se destacar a execução de diversas ações acima do previsto, como a emissão de contratos de concessão de uso, que foi de 1.929,49%, cuja emissão é imprescindível para a aplicação das modalidades do crédito instalação e a liberação das declarações de aptidão de acesso ao Pronaf. Outro exemplo é a execução física realizada da concessão de crédito instalação com percentual de 177,91% acima do previsto.

Em relação aos entraves e pontos deficitários na execução das atribuições da SR-26, citamos os seguintes pontos, que historicamente ou pontualmente, dificultam o desenvolvimento pleno das responsabilidades institucionais:

1- Divisão de Administração - DA

- ✓ Número insuficiente de servidores na área administrativa, em especial nos setores de recursos humanos, serviços gerais/ transporte, gestão de contratos e licitações.
- ✓ Recursos insuficientes para investir na capacitação de maior número de servidores;
- ✓ Aprovação de recursos na programação operacional abaixo da necessidade real para pagamento das despesas essenciais e contratos administrativos;
- ✓ Atrasos na descentralização de recursos para fazer face às obrigações dos contratos de prestação de serviço;

- ✓ Necessidade de ampliar a frota de veículos para atender a demanda de viagens a campo para execução das metas institucionais.

2- Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

- DT

- ✓ Legislação ambiental que não diferencia assentamento da reforma agrária de empreendimento comercial e industrial, dificultando a agilidade dos trabalhos de licenciamento;
- ✓ Necessidade de regulamentar a desapropriação em função de ação judicial trabalhista e ambiental;
- ✓ Necessidade de revisão dos índices de produtividade dos imóveis rurais;
- ✓ Número reduzido de servidores nas áreas de obtenção de terras, meio ambiente e implantação de projetos;
- ✓ Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação periódica de servidores em perícia judicial, legislação ambiental, processamento e análise de imagens, licitação e convênios;
- ✓ Falta de critérios nas solicitações por parte dos movimentos sociais de imóveis que não atendem às qualificações exigidas para o assentamento de famílias;
- ✓ Insuficiência de equipamentos, como GPS, máquina fotográfica e equipamentos de informática;
- ✓ Investimento reduzido nas áreas de licenciamento, manejo e recuperação ambiental frente à demanda existente;
- ✓ Morosidade do órgão ambiental estadual em analisar os requerimentos de licenciamento ambiental;
- ✓ Dificuldade em realizar parcerias para investimento nas áreas de manejo e recuperação ambiental de assentamentos, assim como o reduzido número de empresas habilitadas a prestar serviços na área;

3- Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos - DD

- ✓ Insuficiência de recursos para atender à demanda de infraestrutura dos assentamentos;
- ✓ Problemas de regularidade fiscal das prefeituras para firmar convênios visando a implantação ou recuperação de infraestrutura básica nos assentamentos;

- ✓ Número reduzido de engenheiros civis para acompanhar e fiscalizar obras de infraestrutura contratadas ou conveniadas;
- ✓ Número reduzido de servidores para acompanhamento das ações de Ates, Crédito Instalação, Titulação, Educação e Cidadania do Campo, Apoio a Agroindustrialização e Comercialização;
- ✓ Baixa capacidade operacional das entidades prestadoras de serviços de assessoria técnica em atender ao total de famílias assentadas no estado;
- ✓ Rotatividade de beneficiários nos assentamentos, dificultando a aplicação de créditos e demais políticas;
- ✓ Morosidade das instituições financeiras para regularizar as contas das associações para aplicação das modalidades do crédito instalação;
- ✓ Insuficiência de material de expediente, mobiliário, veículos, GPS, impressoras e máquina fotográfica;

4- Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF

- ✓ Número reduzido de servidores nas áreas de cartografia, cadastro rural e regularização de quilombolas;
- ✓ Insuficiência de equipamentos para execução das ações de gerenciamento e ordenamento da estrutura fundiária (máquinas fotográficas, GPS, viaturas, equipamentos de informática);
- ✓ Falta de servidor com formação em antropologia para ações de regularização dos territórios quilombolas;
- ✓ Morosidade dos cartórios de registro de imóveis em atender solicitações de certidões;
- ✓ Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação dos servidores em perícia agrária, legislação cadastral, ambiental e regularização de quilombolas;

2.3 Observações Gerais

Em relação à execução financeira dos programas e ações da regional, destacamos que o aumento do valor unitário das diárias **impactou e onerou de forma significativa** os gastos do programas/ações, provocando descompasso e maior diferença percentual, quanto comparamos a execução financeira prevista e a realizada. Tal fato demanda atenção especial por parte dos órgãos de controle na análise dos programas e ações.

Para efeito de comparação, destacamos o acréscimo percentual no valor unitário das diárias para servidores de nível intermediário/técnico e superior no quadro a seguir:

Valor unitário da diária em 2009		
1º Semestre 2009	2º Semestre 2009	Reajuste percentual
R\$ 85,92 (Intermediário/técnico)	R\$ 177,00	106,01 %
R\$ 103,08 (Superior)	R\$ 177,00	71,71 %

Fonte: Decreto Nº - 6.907, de 21 de Julho de 2009.

Esclarecemos que muitas ações do INCRA têm alto grau de complexidade, com diversas fases, que, por sua vez, se desdobram em subfases, como exemplo citamos as ações 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Já a execução de outras ações transcende o exercício financeiro: 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento. Dessa maneira, ressaltamos a complexidade e a dificuldade de alocação da meta no exercício financeiro no qual foi iniciado a sua execução.

Por último, lembramos a alteração na estrutura organizacional do Incra, estabelecida pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que criou a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, subordinada diretamente à Secretaria Executiva de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Superintendência Nacional - situada em Brasília - e as Superintendências Regionais de Regularização Fundiária na Amazônia (SRFA) nos estados que compõem a Amazônia Legal possuem autonomia administrativa, financeira e operacional. Houve

a cessão de recursos humanos e materiais para priorizar a destinação e a regularização de terras públicas na região. No Tocantins, a Divisão Regional está instalada no prédio da SR-26 tem autonomia nos termos do regimento interno da autarquia. É responsável pela execução e monitoramento do Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, nas ações Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, 8370 Retomada de Terras Públicas e 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional (Glebas).

2.4 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.4.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Edvaldo Soares de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (%), Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Principais Ações do Programa

2.4.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento,

Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira ¹ (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira ² (R\$)	%
2.510	Família Assentada	100.500,00	2.012	Família Assentada	80,40	158.499,26	157,71

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e SIPRA.(Fevereiro 2009)

No exercício de 2009, apesar dos esforços envidados pela equipe técnica da Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, a meta física realizada ficou prejudicada em razão, principalmente, dos seguintes fatores: necessidade de priorizar as vistorias de obtenção de terras para atender a demanda de imóveis para criação de projetos, não conclusão dos processos de desapropriação em tempo para criação de assentamentos em virtude de avaliações em curso ou não finalização dos processos judiciais, exigência de licenciamento ambiental nas fases de obtenção de áreas e criação do projeto de assentamento.

Informamos que o percentual de execução financeira de 157,51% está relacionado, em maior parte, à execução dos trabalhos da Norma de Execução nº 70, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, cuja execução pode-se visualizar na planilha abaixo:

¹ Crédito orçamentário previsto na PO/2009.

² Crédito orçamentário liquidado no exercício de 2009.

Fase	Quantidade
Identificação	2062
Notificação	1557
Resposta da notificação	562
Análise da coordenação regional	356
Análise da procuradoria	0
Deferimento	166
Deferimento com liminar	0
Indeferimento	27

Fonte: SIPRA (09/03/2010)

2.4.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
229.000	Área vistoriada (ha)	284.000,00	133.340,25	Área vistoriada (ha)	58,22	383.527,01	135,04

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2009, a execução da ação pode ser resumida nos trabalhos demonstrados no quadro abaixo (coluna 2009), no qual é possível visualizar a quantidade de vistorias realizadas (prévia e de avaliação) e perícias que foram superiores em comparação ao exercício anterior.

Tipo	2008		2009	
	Imóveis	Hectares	Imóveis	Hectares
Vistoria de Avaliação	4	3.920,34	13	25.195,47
Vistoria Prévia	33	96.808,61	30	108.144,78
Perícia Judicial	-	-	5	15.415,00
Total	37	100.728,95	48	148.755,25

Fonte: DT

Em relação à execução física da ação, a necessidade de cumprir todos os procedimentos legais dos processos de vistorias (levantamento cartorial, análise de certidões, notificações aos proprietários e prazos recursais), bem como uma meta superdimensionada, que não condizia com a capacidade operacional da Superintendência, conforme visualiza-se na série histórica de 2008 e 2009, impossibilitou o cumprimento da meta em sua totalidade.

Com relação à execução financeira de 135,04%, esclarecemos que houve provisões adicionais de crédito orçamentário a fim de atender o aumento significativo do valor unitário da diária, tendo em vista que esta ação é realizada em campo.

Todavia, apesar de todas as dificuldades expostas para execução da ação em 2009, destacamos o progresso de 32,38 % em relação a 2008, considerando o total de área vistoriada (desconsiderando as áreas de perícia judicial), que poderão resultar na destinação de novas áreas para o assentamento de famílias.

2.4.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
63	Licença Ambiental Protocolada	510.971,00	7	Licença Ambiental Protocolada	11,11	408.014,18	79,85

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2009, o Serviço de Meio Ambiente desta Regional, responsável pela execução da ação, priorizou os trabalhos voltados para realização de procedimento

licitatório, com o objetivo de contratar serviços de elaboração e protocolização até a expedição da Licença Florestal da Propriedade Rural (LFPR) de 76 (setenta e seis) projetos de assentamentos.

O procedimento licitatório foi realizado, sendo que apenas uma empresa compareceu ao certame (Bioterra Planejamento e Consultoria Ltda). Devido à capacidade operacional apresentada só foi possível a contratação dos serviços de licenciamento ambiental em apenas oito projetos de assentamento.

Esclarecemos que a meta física foi prevista em função de Termo de Ajustamento de Conduta tomado pelo Ministério Público Federal do INCRA e do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Apesar de todos os esforços despendidos pelo Serviço de Meio Ambiente desta Regional, os avanços da ação no Estado foram reduzidos. No demonstrativo abaixo, visualizamos o quantitativo de licenças protocoladas e emitidas, assim como os assentamentos com licenças prévias em vigor.

Produto	Unidade	Quantidade
Licença Prévia (LP) Protocolada	Licença	7
Licença Prévia (LP) Emitida	Licença	9
Assentamentos com Licença Prévia (LP) em Vigor	Licença	48

Fonte: Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Com relação ao percentual de execução financeira de 79,85%, informamos que os gastos ocorreram, principalmente, para o pagamento de taxas com licenças requeridas junto ao órgão ambiental estadual (NATURATINS), despesas operacionais da ação (material de consumo, serviços de terceiros, diárias de campo, entre outras) e a contratação da empresa Bioterra Planejamento e Consultoria Ltda - contratos 3200/2009 e 33000/2009 - totalizando R\$ 153.830,56 (cento e cinquenta e três mil oitocentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Citamos a baixa capacidade operacional (recursos humanos) do Serviço de Meio Ambiente e a conclusão parcial do procedimento licitatório de contratação de serviços de licenciamento ambiental, como causas principais do baixo desempenho da ação no Estado.

2.4.1.4 Ação 4460- Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
30.362,00	Área obtida (ha)	23.362.280,00	13.233,18	Área obtida (ha)	43,58	10.302.275,63	44,10

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação e SIPRA.

Da meta física prevista na PO/2009, a SR-26 assegurou a execução de 43,58%. A baixa execução é resultado, principalmente, da insuficiência de recursos para pagamento de benfeitorias e títulos da dívida agrária (TDA). Também a não conclusão dos processos judiciais de desapropriação dos imóveis vistoriados num mesmo exercício, assim como os imóveis inviabilizados na vistoria agrônômica de fiscalização dificultam o cumprimento de meta. É importante esclarecer que a execução da ação muitas vezes não depende da Regional, como foi o caso da insuficiência de recursos para pagamento de benfeitorias e títulos da dívida agrária (TDA), que está na gerência do Incra Sede e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Também é de se citar o quantitativo de imóveis que foram vistoriados (vistorias agrônômica de fiscalização e avaliação) no exercício de 2009, só resultarão em Projetos de Assentamentos em exercícios seguintes.

A fim de detalhar melhor a meta física da ação, recorreremos ao quadro abaixo para demonstrar a relação de projetos criados, área e quantidade de famílias assentadas.

Projetos criados em 2009		
Projeto	Área	Famílias Assentadas
Brejo do Campo	1.148,17	18
Da Mata	4.584,45	85
Nova União	2.908,30	80
25 de Março	1.536,37	33
Pequizeiro	1.163,52	25
Terra Prometida	1.547,46	33
Santa Maria I	344,91	11
Total	13.233,18	285

Fonte: SIPRA

Além disso, utilizamos o quadro abaixo para detalhar o estágio de execução da obtenção de terras para criação de projetos de assentamentos em cumprimento à meta física do exercício:

Situação dos processos de obtenção	Quantidade	Área	Capacidade de famílias
Imóveis imitidos na posse com projetos criados	7	13.288,01	285
Imóveis imitidos na posse sem criação de projeto	2	1.507,91	56
Imóveis avaliados	9	17.654,29	317
Imóveis vistoriados	21	70.429,32	1.318
Imóveis periciados	6	24.415,88	-----
Imóveis vistoriados e inviabilizados	8	25.130,61	188

Fonte: DT

2.4.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0,00	-	73.858,52	-	0,00	0,00	73.858,52	100,00

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos descentralizados e executados nessa ação foram para dar suporte ao acompanhamento das Ações do Programa tanto na Sede desta Regional quanto nas Unidades Avançadas, o que compreende pagamento de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros) e serviços de terceiros (pessoa física e jurídica)

2.4.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ruberval Gomes da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Principais Ações do Programa

2.4.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
2.449	Família atendida	8.951.678,00	2.995	Família atendida	122,29	9.251.678,00	103,35

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e DD.

No âmbito desta Regional, a ação em comentário é executada por meio de parcerias com diversos municípios, através de convênios, e por contratação de empresas, via licitação: ou seja, as obras são executadas de forma direta e indireta.

Em relação a execução física da ação de 122,29%, esclarecemos que são resultante de convênios e contratos formalizados e iniciados no exercício de 2008, cujos objetos foram concluídos e recebidos pela equipe técnica de engenharia no exercício de 2009. Para melhor visualização das informações consolidadas, segue quadro demonstrativo.

Descrição	Quantidade	Unidade
Famílias Atendidas	2.995	Unidade
Assentamentos	48	Unidade
Recuperação de Estradas	192,542	Km
Implantação de Estradas	232,4695	Km
Ponte	219	Metros
Bueiro	282	Metros

Fonte: DD/Serviço de Infraestrutura.

Esclarecemos também que a execução financeira de 103,35% refere-se à convênios e contratos formalizados cujos recursos foram empenhados no exercício de 2009 e inscritos em restos a pagar. Informamos que, em sua maioria, estes convênios estão com a execução atrasada. Isso se deve a vários fatores, entre eles atraso na aprovação dos projetos básicos apresentados pelos convenientes, atraso na apresentação de licenciamento ambiental para as obras e inadimplência no CAUC, que possibilitaram a formalização dos processos apenas no final do exercício de 2009. Além disso, a autarquia teve dificuldades operacionais, em virtude de problemas no SICONV, para

liberação de recursos. Para melhor visualização das informações consolidadas, segue quadro demonstrativo.

Descrição	Quantidade	Unidade
Assentamentos	43	Unidade
Famílias Atendidas	3994	Unidade
Sistema Distribuição de Águas	2.350	Metros
Recuperação de Estradas	202,911	Km
Implantação de Estradas	208,178	Km
Ponte	238	Metros
Bueiro	15	Metros

Fonte: DD/Serviço de Infra-Estrutura

2.4.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
2.522	Família atendida	1.318.195,00	0	Família atendida	0,00	1.217.520,00	92,36

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

A ação está em execução, por meio da contratação da empresa GEOMED – Georreferenciamento e Agrimensura Ltda, contratos 12000/2009, 13000/2009, 14000/2009 e 15000/2009, vigência de 14/09/2009 à 13/09/2010. Por meio dos respectivos termos contratuais foram contratados serviços de georreferenciamento, medição e demarcação de 1.691 parcelas em 30 Projetos de Assentamentos situados em 16 municípios, sendo que a área a ser demarcada totaliza 79.938,5376 hectares, conforme observa-se no demonstrativo abaixo.

Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)	Quantidade de parcelas
Barreirinho	Abreulândia.	1.880,00	34
Mata Azul I	Pequizeiro	4.263,46	118
Mulher Cidadã	Divinópolis	1.741,10	40
Salomira	Dois Irmãos	6.088,76	126
Vale do Barreiras	Juarina	1.775,35	42
Vargem Dourada	Abreulândia	2.158,43	80
Maju III	São Bento do Tocantins	1.116,35	30
Lago Verde	Sta. Rita do Tocantins	4.514,99	101
Macaúba	Pium	6.613,05	114
Onalício Barros	Caseara	7.574,08	133
S.Francisco Assis	Cristalândia	2.372,00	59
Virgínia	Cristalândia	1.668,09	44
Baroneza I	Sta. Mª do Tocantins	3.348,91	53
Bom Jesus	Sta. Rosa do Tocantins	2.497,24	68
Carajás	Sta. Rosa do Tocantins	1.189,19	34
Firmeza I	Pindorama	5.918,35	131
Pindorama I	Pindorama	2.257,77	43
São Bento I	Monte do Carmo	2.795,46	56
Terra Vermelha	Monte do Carmo	2.177,88	33
Taboca	Palmas	709,3201	12
Veredão	Palmas	1.687,10	37
Sítio	Palmas	3.300,48	70
Vitória III	Dianópolis	1.307,60	31
Nova Canaã I	Talismã	816,5871	24
N.S. Conceição	Figueiropolis/Alvorada	1.185,98	31
Pontal I	Araguaçu	1.970,96	25
Pontal II	Araguaçu	3.123,21	54
Pontal das Estrelas	Araguaçu	1.788,47	23
Pontal das Estrelas I	Araguaçu	1.392,63	30
Pontal das Estrelas V	Araguaçu	705,7404	15
Total		79.938,5376	1.691

Fonte: DF/Serviço de Cartografia.

Quanto à execução do termo contratual, já foi finalizada a etapa de mobilização da contratada, iniciada a etapa de medição de perímetros e confecção dos projetos executivos.

Ressalta-se que a meta está zerada tendo em vista o não-recebimento pelo INCRA do objeto contratado, que é o próprio serviço de topografia. Elencamos que uma das principais dificuldades da ação relaciona-se a capacidade operacional do Setor de Cartografia, com a insuficiência de servidores especializados (engenheiro agrimensor, geógrafo e topógrafo).

2.4.2.3 Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009.

2.4.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
234	Documento de Titulação Expedido	33.917,00	4.515	Documento de Titulação Expedido	1.929,49	70.439,23	207,68

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e DD.

Conforme o quadro acima, verifica-se maior percentual de execução física da ação (1.929,49%), que correspondem a 4.515 contratos de concessão de uso (CCU) em 156 Projetos de Assentamentos. Isso se explica pelo fato de todas as modalidades de aplicação de crédito instalação (apoio inicial, fomento, adicional de fomento, aquisição material de construção e recuperação), assim como a liberação da declaração de aptidão (DAP) de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, serem condicionadas à emissão desse contrato, bem como a demanda existente por parte de assentamentos antigos.

Já em relação à execução financeira de 207,68 %, esclarecemos que a mesma é consequência da elevada execução física da ação, sendo que os gastos da ação são em essência diárias, material de consumo e serviços de terceiros. Os resultados da ação podem ser resumidos no demonstrativo abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
Emissão de Contrato de CCU	4.515
Processamento e Cancelamento de Títulos de Domínio	335
Notificações de Ocupação Irregular	162
Processos de Retomada Julgados	149
Lotes reintegrados na Posse	5

Fonte: DD.

2.4.2.5 Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de projetos de assentamento

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
1.133	Unidade familiar de produção atendida	1.132.684,00	0	Unidade familiar de produção atendida	0,00	74.124,59	6,54

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos despendidos na ação, no exercício de 2009, foram para acompanhar e fiscalizar 01 (um) convênio, firmado em 2008, cujo objeto encontra-se em execução, com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS) para recuperação de áreas degradadas em 05 (cinco) Projetos de Assentamento, compreendendo 255 (duzentos e cinquenta e cinco) unidades familiares de produção.

No referido exercício, priorizou-se o licenciamento ambiental, **direcionando-se a recuperação dos recursos naturais como cumprimento das condicionantes a serem estabelecidas pelo órgão estadual de meio ambiente (Naturatins)**. Esclarecemos que a execução da ação está condicionada à conclusão do licenciamento ambiental e dessa forma, não houve novo investimento em manejo e recuperação de áreas, além do convênio em execução.

A baixa execução financeira deve-se a não celebração de novas parcerias, sendo que os gastos limitaram-se a custear atividades operacionais da ação, como: reuniões de esclarecimento em diversos projetos, estimulando iniciativas locais de preservação ambiental e fiscalização de reservas legais no Projetos de Assentamentos .

2.4.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento e de Projetos de Assentamento.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
2.449	Família atendida	27.669.379,00	3.637	Família atendida	177,91	39.658.600,00	148,51

Fonte: SIAFI, Programação Operacional /2009 e DD.

A aplicação do crédito instalação ocorre mediante a aplicação dos recursos financeiros em conta corrente das associações que representam os assentados, cujos recursos só poderão ser sacados mediante a autorização do INCRA, através de notas fiscais emitidas pelo fornecedor, escolhido mediante pesquisa de preços, atestadas pela diretoria da associação, e confirmadas por servidor do INCRA que acompanha a aplicação. O crédito instalação tem diversas modalidades, que ocorrem seguindo uma ordem cronológica, a saber: Apoio Inicial (alimentos e fomento produtivo), Fomento, Adicional Fomento, Aquisição de materiais de Construção (visa construir casa) e Recuperação de Materiais de Construção (reformular/recuperar habitações nos assentamentos cujas casas foram edificadas antes de 2005), e Apoio Mulher (visa inserir o gênero na dinâmica econômica familiar).

A execução física da ação, percentual de 177,91%, no exercício de 2009 refere-se à aplicação de 6.875 créditos para 3.637 famílias nas diferentes modalidades de crédito instalação, tais como: Apoio inicial, Aquisição de materiais de construção, Fomento, Adicional de Fomento e Recuperação de Materiais de Construção.

É importante esclarecer que há famílias receberam mais de uma modalidade de crédito durante o ano, o que se pode verificar mais detalhadamente no quadro abaixo:

Modalidade	Famílias Atendidas	Quantidade de Projetos
Apoio Inicial	319	9
Fomento	2.086	40
Aquisição de Material de Construção	1.007	25
Reforma de Material de Construção	225	3
TOTAL	3.637	77

Fonte: DD/Serviço de Infraestrutura

Os fatores que prejudicaram a execução financeira e execução física no exercício de 2009 originaram-se primeiramente do aumento nos valores dos créditos no final do ano de 2008. O crédito apoio e fomento que tinham valores de R\$ 2.400,00 foram alterados para R\$ 3.200,00 e o Material de Construção que tinha o valor de R\$ 7.000,00 foi para R\$ 15.000,00, o que provocou atrasos na aplicação de determinados créditos, ocasionado também pela demora na disponibilização do orçamento para o ano.

Posteriormente, a execução financeira de o recurso empenhado ficou prejudicada, já que até o final do ano de 2009 somente foi disponibilizado 45% do total do crédito empenhado.

Citamos também, como questão de atrasos na execução, o aumento na demanda por créditos em decorrências de vários fatores, criação de novas modalidades de crédito e atraso na regularização de contas correntes das associações junto à Agência de Governo.

Destacamos como resultado (produto final ofertado as famílias assentadas) o fato de que, em 2009, com execução física foi possível a construção de 1.183 casas e reforma de 187, sendo que foram os municípios que mais receberam casas construídas e reformadas foram: Caseara (204 casas construídas), Araguaianã (102 reformadas), Divinópolis (83 reformadas), Pequizeiro (80 construídas) e Pium (74 construídas).

2.4.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	-	487.119,00	0,00	-	0,00	1.072.821,32	220,24

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados para atender despesas de suporte operacional na Sede da SR-26 e Unidades Avançadas, com acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamento de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica).

As despesas financeiras realizadas foram percentualmente de 220,24% acima do previsto em virtude do impacto provocado pelo aumento do valor unitário das diárias e as demais despesas administrativas para execução das ações.

No período, deve destacar o peso da execução física realizada acima do previsto em algumas ações (8396, 4358, 0427), uma vez que a execução dessa ação dá suporte à execução das demais ações do programa 0137.

2.4.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Destinação de Terra Pública (%) e Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Principais Ações do Programa

2.4.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados

Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
8.698	Imóvel gerenciado	78.279,00	8.099	Imóvel gerenciado	45,53	274.343,44	350,47

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2009, o percentual de execução física da ação foi de 45,53%. Esclarecemos que para fins da execução da meta, considera-se as emissões de CCIR. Contudo por meio da ação foi desenvolvida outras atividades, conforme demonstrativo abaixo.

Descrição	Quantidade
Emissão de CCIR	8.099
Atualização cadastral	3.960
Treinamento para UMC	40
Certidões para fins de aposentadoria	19
Processos formalizados de trabalho escravo	42
Processo em análise de aquisição de terra por estrangeiro	186
Decreto 62.504 (áreas inferiores a fração mínima de parcelamento) e Instrução Normativa 17B	12
Instalação/Fiscalização de UMC	08
Processo de Dívida Ativa	50
Informações diversas a outros órgãos	300

Fonte: DF/ Serviço de Cadastro Rural

A execução financeira, percentual de 350,47%, justifica-se, em maior parte, pela ocorrência de provisões adicionais de crédito orçamentário a fim de atender capacitação de servidores, treinamento de gestores das Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) sobre o novo manual de cadastro rural e a nova emissão do CCIR, e, também, o deslocamento de servidores das unidades avançadas para a sede a fim de contribuir para os trabalhos do setor, em virtude do reduzido número de servidores lotados no Setor de Cadastro, com o objetivo de ajudarem na execução dos trabalhos, evitando assim paralisações na análise de processos do setor ou no atendimento ao público.

2.4.3.2 Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
622	Área georreferenciada (ha)	9.700,00	0,00	Área georreferenciada (ha)	0,00	53.929,73	555,98

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Com relação à execução física de 0,0%, informamos que esta Regional no exercício de 2009 não efetuou serviços de medição (georreferenciamento), apenas certificou as peças técnicas apresentadas por profissionais autônomos credenciados no CREA e habilitados por esta Autarquia. O rol desses profissionais está disponível site www.incra.gov.br. No quadro abaixo, visualiza-se os resultados alcançados pela a ação.

Processos Certificados 2009			
Protocolados	Analisados	Certificados	Área Certificada (ha)
854	429	307	569.479,4755

Fonte: DF

Informamos que em 2009 foram abertos 854 processos de certificação. Desses, foram analisados 429 e certificados 307, cuja área certificada foi de 569.479,4755 hectares. Ressalva-se que entre 307 imóveis certificados há processos abertos em 2009 e em anos anteriores, que por causa de pendências foram certificados em exercício posterior.

Em novembro de 2008, venceu o prazo para certificação das áreas superiores a 500 hectares, de acordo com a legislação vigente. Dessa forma, a demanda do Comitê de Certificação aumentou significativamente, mas com a impossibilidade de ampliar o número de servidores habilitados para análise e certificação das peças técnicas, foi registrado maior tempo de espera na conclusão dos processos. Assim, por causa do aumento de demanda e insuficiência de servidores, foi necessária a convocação de servidores das Unidades Avançadas para procederem à análise de tais processos, onerando e ampliando significativamente a execução financeira realizada.

2.4.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/SRFA 09

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Área regularizada (ha)	0,00	0	Área regularizada (ha)	0,00	15.981,00	0,00

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Em relação à ação, não foram consignados créditos orçamentários na PO/2009; todavia com a criação da SRFA/09 (Superintendência Regional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal) foram provisionados recursos para essa Regional, uma vez que os recursos da ação em análise estavam em reserva técnica no Incra/ Sede.

Foram provisionados R\$ 15.981,00 (quinze mil reais novecentos e oitenta e um reais), sendo o montante executado em sua totalidade a fim de atender fiscalizações de campo e, em maior parte, deslocamento de servidores de unidades avançadas para a sede da SR-26 para proceder a análise e homologação de peças técnicas das glebas descritas abaixo:

GLEBA	MUNICIPIOS	ÁREA	LOTES
Serra do Taquaruçu	Palmas	7.600,00	50
Cachoeirinha	Cachoeirinha e S.Bento	9.810,00	37
Santana	Cachoeirinha/Divinópolis	5.500,00	11
Tupirama	Guaraí	17.050,00	79
Anajá	Palmeirante e Colinas	26.400,00	106
TOTAL		66.360,00	283

Fonte: Serviço de Cartografia

A ação de georreferenciamento é fundamental para o processo de destinação de terras públicas (regularização fundiária), uma vez que permite a correta identificação geográfica do imóvel evitando a sobreposição com áreas privadas.

Foi contratado o georeferenciamento de lotes para fins de regularização fundiária por meio do contrato CR-TO 14.000/2008, sendo que o produto dos serviços contratados foi apresentado em dezembro de 2009, sendo fiscalizados e recepcionados pela comissão de fiscalização da SR26/TO, visando recebimento definitivo, uma vez que esses contratos foram firmados em exercícios anteriores e esta continua sendo executora dos trabalhos até a sua conclusão. A partir do recebimento desse material técnico, a SRFA/09 vai utilizá-lo para proceder com a regularização dos imóveis do referido contrato.

É oportuno esclarecer que um dos principais problemas para realizar as ações de regularização fundiária, com a conseqüente destinação de lotes envolvendo o processo de cadastramento, identificação ocupacional, georreferenciamento de perímetro e de lotes, é capacidade operacional (quantidade reduzida de servidores) para executar essa ação.

Como resultado positivo da ação, temos 283 peças técnicas analisadas, sendo que parte ainda apresenta pendências, que estão sendo corrigidas no exercício de 2010; com os respectivos processos formalizados, vistoriados, aguardando a finalização do processo de certificação com o devido registro das matrículas em cartório para a conclusão da atividade proposta

2.4.3.5 Ação 8380 – Retomadas de Terras Públicas

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/SRFA 09

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Área diagnosticada destinada (ha)	0	0	Área diagnosticada destinada (ha)	0	100.973,75	0

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2009, não foram consignados créditos orçamentários na PO/2009 e nem definidos metas físicas para essa ação, contudo com a criação da SRFA/09 foram provisionados R\$ 100.973,75.

Os recursos executados foram para atender mobilização, identificação e localização das pessoas que ocupam terras públicas. Dados esses que permitiram a inclusão dos cadastros no SISTERLEG - Sistema Terra Legal, criado para triagem do Programa Terra Legal.

É importante destacar que no decorrer do exercício de 2009 foram realizados 2.111 cadastros, abrangendo uma área de 371.931,2857 hectares por meio da realização de diversas ações de cadastramentos realizadas em cidades pólos, Araguatins, Cachoeirinha, Filadélfia, Guaraí, Palmeirantes e Palmas, bem como cadastramento declaratório na SRFA/09.

2.4.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0		0	0		0	157.130,88	0

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados para atender despesas de suporte operacional com acompanhamento e execução das ações do programa, como pagamento de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica) e material permanente para estruturação da SRFA/09.

2.4.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Principais Ações do Programa

2.4.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
80	Servidor capacitado	19.890,00	38	Servidor capacitado	47,50	58.589,59	294,57

Fonte: SIAFI, PO/2009 e Coordenação Geral de Gestão de Pessoas/INCRA Administração Central.

A provisão recebida de R\$ 58.349,59 foi aplicada integralmente e representou execução financeira de 294,57% em relação à prevista, proporcionando a capacitação e sendo que nesses valores há recursos de capacitações realizadas fora do Estado pelo INCRA/Administração Central, as quais são controladas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. O quantitativo de servidores cuja capacitação foi gerenciada por esta Regional foi um total de 38 servidores.

EVENTO	PERIODO	SERVIDORES CAPACITADOS
Seminário Nacional de Análise de Preços, Elaboração de Planilhas de Custos e Terceirização de Serviços	02/03 a 04/03/2009	5
Seminário de Licitação e Contratos Administrativos	30/03 a 01/04/2009	10
Gestão de Convênios	02/04 a 03/04/2009	6
Formação dos Instrutores dos Manuais de Recepção e Análise de Cadastro Rural	14/09 a 18/09/2009	14
Suprimento de Fundos/Cartão Eletrônico	16/11 a 19/11/2009	3
TOTAL		38

De acordo com o Plano Anual de Capacitação de Servidores do Incra, a SR-26 priorizou o investimento em cursos nas áreas de cadastro rural e administrativa, com ênfase em gestão de convênios, suprimento de fundos, prestação de contas, licitações e contratos.

A ação assegurou aos servidores a possibilidade de participação em treinamentos, cursos, seminários e outros, no intuito de melhor desenvolver o potencial e buscar alternativas inovadoras de desenvolvimento pessoal, profissional e social para atender

as reais necessidades de atuação e desempenho institucional, totalizando 4.498 horas aula.

As atividades de capacitação foram promovidas pela Regional e pelo Incra Sede. Promovemos também outras atividades de capacitação sem custo, como palestra sobre qualidade de vida e alimentação saudável, prevenção de hipertensão e diabetes, combate ao alcoolismo e tabagismo, e associativismo.

2.4.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Edvaldo Soares de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Principais Ações do Programa

2.4.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando

um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Família acampada assistida	0,00	1.575	Família acampada assistida	0,00	58.837,71	0,00

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e DD.

Na programação operacional de 2009 não havia previsão de execução física/financeira para essa ação e os recursos ficaram em reserva técnica no INCRA/SEDE. Contudo, no decorrer do exercício surgiram demandas por parte da Ouvidoria Agrária Nacional, ocorrendo a descentralização de recursos a fim de atender os trabalhos.

As demandas apresentadas pela Ouvidoria e pela própria Regional foram o fornecimento de cestas básicas às famílias acampadas ou em áreas de litígio com ações de manutenção/ reintegração de posse. A ação foi executada em parceria com Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB, que forneceu os alimentos, ficando o Incra responsável pela distribuição das cestas às famílias.

Em 2009, foram atendidas 1.530 (mil quinhentos e trinta) famílias, sendo entregues 3.000 (três mil) cestas básicas. A distribuição de cestas beneficiou famílias

em acampamentos e comunidades quilombolas, além de trabalhadores assentados em projetos recém-criados, antes da aplicação do crédito instalação na modalidade apoio inicial. Em virtude de atrasos na compra e liberação dos alimentos por parte da CONAB, as famílias recebem mais de uma cesta básica a fim de garantir a segurança alimentar.

2.4.5.2 Ação 4288 - Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Apoiar logisticamente as famílias vítimas de violência no campo, incluindo-se as vítimas do trabalho escravo e as testemunhas, bem como intermediação e acompanhamento das ações possessórias

Descrição: Apoio jurídico, médico-psicológico e logístico para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo, incluindo-se as vítimas do trabalho escravo, ou em decorrência destas situações; e mediação propriamente das situações de conflitos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Mediador capacitado	0,00	2	Mediador capacitado	0	3.520,00	0

Fonte – SIAFI e DT

Os recursos executados na ação foram para atender despesas (diárias e passagens) com deslocamento de 02 pessoas, sendo um servidor do INCRA e um Oficial da Polícia Militar do Estado do Tocantins, a fim de participarem do curso Capacitação para Mediadores de Conflitos Agrários, em Brasília no período de 07 a 11 de dezembro de 2009.

2.4.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Atualizar e aperfeiçoar os mediadores de conflitos sociais na prevenção, mediação e solução de conflitos sociais no campo, no manejo de crises e em técnicas de negociação para o enfrentamento de crises e na compreensão dos processos sociais e históricos que levam ao trabalho escravo contemporâneo.

Descrição: Realização de cursos, encontros, seminários, oficinas, fóruns, intercâmbios, dentre outros processos de capacitação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Família assistida	0,00	60	Família assistida	0	7.975,02	0

Os recursos dispendidos na ação foram para atender uma ação emergencial, aquisição de lonas, para atender a 60 famílias do acampamento Alto da Paz, localizado no município de Araguatins, uma vez que as mesmas foram transferidas para o pátio da Unidade Avançada de Araguatins, em virtude de reintegração de posse da Fazenda Hilário.

2.4.6 Programa 1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ruberval Gomes da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres, (percentual), Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero (percentual), Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos, Não-Discriminatórios (percentual), Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (percentual), Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Programa de Responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2.3.6.1 Ação 8402 - Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Mulher atendida (unidade)	0,00	4.988	Mulher atendida (unidade)	0	184.744,33	0,00

Fonte – SIAFI e Fonte: Serviço de Educação no Campo e Cidadania

Os recursos executados na ação foram para atender à realização de 40 mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, coordenado pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário/DFDA/TO e INCRA/TO e executado em parceria com a Caixa Econômica Federal, INSS, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Delegacia Regional do Trabalho, Prefeituras Municipais, em municípios contemplados pelos Territórios da Cidadania, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Empresas de Assistência Técnica, Secretaria Especial de

Aqüicultura e Pesca (SEAP), Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e Cartórios de Registro Civil. Sendo que os resultados podem ser expressos no demonstrativo abaixo:

Documentos	Fem.	Mas.	Total	Pessoas Atendidas com Documentos	
Registro de Nascimento (1ª e 2ª via)	739	930	1.669	Nº de Mulheres	4.988
RG	1.887	2.031	3.918	Nº de Homens	5.195
CPF	2.256	2.696	4.952	Total	10.183
CTPS	1.790	1.759	3.549	Observação: O número de pessoas atendidas não é igual ao número de documentos, devido o fato de cada pessoa atendida retirar mais de um documento.	
INSCRIÇÃO NO INSS	1.249	854	2.103		
TOTAL	7.921	8.270	16.191		

Fonte: Serviço de Educação no Campo e Cidadania

2.4.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Este programa é de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. No entanto, as ações 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 0859 - Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos são executadas por esta Regional, tendo em vista que e estão diretamente vinculados às competências da do INCRA.

Principais Ações do Programa

2.4.7.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
3	Comunidade Titulada	127.500,00	0,00	Comunidade Titulada	0,00	37.028,41	29,04

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

O não alcance da meta física prevista na ação ocorreu devido a alta complexidade da mesma, que é decomposta em uma série etapas (elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação/RTID, Publicação do Edital, Portaria da Presidência do INCRA, Decreto Presidencial, Desintrusão e Título de Reconhecimento de Domínio) sendo que cada uma dessas etapas se desdobra em inúmeras sub-etapas. Isso impossibilita a conclusão da ação dentro de único exercício.

No exercício de 2009, nas três comunidades (descritas abaixo), executamos as seguintes etapas:

- 1- Comunidade Kalunga do Mimoso, Municípios de Arraias e Paranã: em 2009 o processo foi encaminhado ao Incra Sede, para adaptação do processo à Nota Técnica Conjunta DF/DIVISÃO DE OBTENÇÃO/Nº 01/2008, sendo que foram julgados os recursos pelo comitê de decisão, sendo que os mesmos forma indeferidos, e o processo se encontra na fase de elaboração do KIT Decreto;
- 2- Comunidade Barra do Aroeira, Municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins: efetuamos o levantamento fundiário e iniciamos o levantamento cartorial (Sub etapas do RTID);
- 3- Comunidade Grotão, Município de Filadélfia: Elaboração do Laudo Antropológico que se encontra em fase final, e o cadastramento das famílias dos quilombolas.

Informamos ainda que a falta de antropólogo lotado nesta Regional para confecção do laudo antropológico, assim como a impossibilidade jurídica de contratar profissional com essa formação, impedem a confecção do laudo. Esse documento é fundamental para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que resultará na execução da ação e criação dos territórios para as famílias remanescentes de quilombolas.

Esclarecemos também que a remoção de quatro servidores para a SRFA/09 (Superintendência Regional de Regularização Fundiária na Amazônia) reduziu significativamente a capacidade operacional da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

2.4.7.2 Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Esta Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.8 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ruberval Gomes da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.

Principais Ações do Programa

2.4.8.1 Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.8.2 Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Esta ação Regional não executou essa ação no exercício de 2009, pois não havia previsão na PO/2009.

2.4.8.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento Projetos de Assentamentos

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	Profissional Formado	0,00	0,00	Profissional Formado	0,00	338.740,41	0,00

Fonte: SIAFI, Programação Operacional 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

A ação no estado é executada por meio do convênio 44.000/2008, vigência 01/12/2008 a 30/12/2011, com a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, que trata da execução de curso de magistério de nível médio para atender 92 jovens e adultos de diversos assentamentos no estado. O curso é realizado fora do Território da Cidadania, no município de Porto Nacional, mas atende a 26 alunos assentados em municípios do Território da Cidadania do Bico do Papagaio. O projeto foi pensado para ser desenvolvido em seis módulos presenciais, no decorrer de três anos, já executados dois módulos no exercício de 2009, de forma regular e conforme o plano de trabalho aprovado.

Informamos que os recursos executados no exercício foram para atender o respectivo convenio.

A principal dificuldade para ampliação do programa no estado é o impedimento de pagamento de bolsas, pelos projetos do PRONERA, para os professores da rede pública, sendo que dessa maneira há desmotivação das instituições de ensino públicas (Universidades Federais, Institutos Tecnológicos Federais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação) em estabelecer parcerias com o Programa.

2.4.8.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	-	8.000,00	0	-	0,00	16.729,00	209,11

Fonte: SIAFI, Programação Operacional 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os créditos orçamentários consignados na PO/2009 destacados para esta Superintendência, R\$ 8.000,00 (oito mil reais) foram insuficientes para atender as necessidades da ação.

Com provisões adicionais, totalizaram R\$ 16.729,00 (dezesesseis mil e setecentos e vinte nove reais), Os quais foram utilizados para atender despesas de suporte operacional no acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamento de diárias, passagens, material de consumo utilizadas na realização de visitas aos alunos (por amostragem), acompanhamento e fiscalização do convênio em execução, tanto no tempo Comunidade, como no Tempo Escola (presencial); participação em reuniões de avaliação do projeto feita pela coordenação do curso de magistério nível médio; reuniões com possíveis instituições/entidades de ensino parceiras no sentido de sensibilizá-las quanto ao PRONERA, objetivando posterior celebração de parceiras; visitas a algumas comunidades assentadas para divulgação e levantamento de demandas.

2.4.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ruberval Gomes da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Agentes de Ater Formados (%), Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%) e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Principais Ações do Programa

2.4.9.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de

transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
3.017	Família assistida	2.281.000,00	0,00	Família assistida	0,00	1.201.582,29	52,68

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/ 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Em relação à execução física demonstrada no quadro acima, tecemos os seguintes comentários:

1. A ação é viabilizada no Estado do Tocantins por meio de convênios plurianuais (2008 a 2011), o que vem impossibilitando a mensuração da meta física dentro de um único exercício financeiro anual.
2. A maioria desses convênios foi firmada no exercício de 2008;

3. No exercício de 2009 não houve a celebração de novos convênios e nem aditivos no número de famílias beneficiadas nos convênios celebrados em exercícios anteriores.

A ação atualmente assiste a 19.941 famílias (dezenove mil novecentas e quarenta e um), que recebem Assistência Técnica/ATES e Plano de Desenvolvimento de Assentamento/PDA, em 286 (duzentos e oitenta e seis) assentamentos no Estado. Para esclarecimento, recorremos ao demonstrativo a seguir.

Nº do Convênio	Prestadora	Objeto		Vigência	
		ATES/Famílias	PDA/Famílias	Início	Fim
CNV/TO/ nº 16.000/08	COOPTER	2.058	77	18-ago-08	31-dez-11
CNV/TO/ nº 22.000/08	COOPTER	3.552	381	24-dez-08	31-dez-11
CNV/TO/ nº 21.000/08	COOPVAG	4.383	235	30-out-08	31-dez-11
CNV/TO/ nº 20.000/08	RURALTINS	1.812	96	26-dez-08	31-dez-11
CNV/TO/ nº 24.000/08	RURALTINS	3.332	173	26-dez-08	31-dez-11
CNV/TO/ nº 3.000/04	RURALTINS	3.842	0	29-dez-04	29-abr-10
TOTAL		18.979	962		

Fonte: DD/Serviço de Infraestrutura

A implantação dessa ação pela Regional se depara com dificuldades gerais, dentre as quais podemos citar:

1. Baixo número de prestadoras credenciadas, no estado, para execução dos serviços;
2. Escassez de profissionais com perfil adequado ao programa;
3. Limitada capacidade operacional (Recursos Humanos) desta Superintendência para acompanhar, gerenciar e fiscalizar a ação;

O baixo percentual de execução financeira realizado em 2009 remete ao conjunto de dificuldades específicas, tais como: operacionalização do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse; limitação de recursos financeiros à época adequada, complexidade na fiscalização do serviço, e dificuldade de realização de repasse de recurso para os convênios firmados com RURALTINS e em função da inadimplência junto ao SIAFI.

2.4.9.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	-	34.642,00	0	-	0,00	127.988,98	369,46

Fonte: SIAFI, Programação Operacional/2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados para atender despesas de suporte operacional com acompanhamento e execução das ações do programa, como o acompanhamento e supervisão, em campo, dos convênios firmados, sendo que detalhadamente os gastos foram com o pagamento de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica).

2.4.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Principais Ações do Programa

2.4.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos

da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	-	911.538,00	0,00	-	0,00	2.740.268,99	300,62

Fonte: SIAFI, Programação Operacional 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação.

Os recursos executados na ação, no exercício de 2009, foram utilizados para atender despesas contratuais essenciais e administrativas (*veja relação de contratos abaixo*) com o objetivo de assegurar o suporte operacional necessário às atividades meio e finalísticas desta Regional. A execução acima do previsto foi influenciada diretamente pelos investimentos em obras para construção e reforma das Unidades Avançadas de Gurupi e Araguaína, respectivamente, aquisição de material permanente e diárias.

Nº	Contratado	CNPJ/CPF	Serviço/Fornecimento	Contrato	V. Mensal	V. Total
1	Raimundo Nonato S. Nunes	003.538.251-15	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Gurupi	79.001/04	4.250,00	51.000,00
2	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Telefonia fixa - Longa Distância.	11.000/05	4.000,00	48.000,00
3	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Telefonia fixa - Local .	1.000/06	4.083,00	48.996,00
4	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica (sede da Regional)	1.000/09	16.831,00	201.972,00
5	Solução Vigilância Ltda	00.160.911/0003-48	Vigilância e segurança armada para a Sede e Unidades Avançadas	11.000/04	35.469,55	425.634,60
6	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	09.168.704/0001-42	Publicidade Legal	3.000/07	3.750,00	45.000,00
7	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	61.074.175/0001-38	Seguro predial	2008NE900855	4.219,05	4.219,05
8	Marafon & Petow Ltda	08.088.541/0001-25	Serviço de agenciamento de passagens aéreas .	6.000/09	11.507,04	138.084,44
9	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Internet banda larga para as Unidades Avançadas	7.000/09	2.881,62	34.579,44
10	Jovina Abadia de Oliveira	485.061.251-20	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Araguaína.	4.000/07	900,00	10.800,00
11	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	25.053.190/0001-36	Publicações no Diário da Justiça/TO	2.000/09	2.000,00	24.000,00
12	Tesacom do Brasil Comunicações Ltda	07.984.195/0001-09	Fornecimento de equipamentos de comunicação móvel.	8.000/09	6.950,00	83.400,00
13	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/7883-47	Serviços de transporte e entrega de malotes .	5.000/09	600,00	7.200,00
14	Exata Copiadora Ltda	06.055.186/0001-62	Locação de fotocopiadoras com operadores.	9.000/09	4.141,66	49.700,00

15	Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda	03.059.584/0001-69	Terceirização de telefonistas.	7.000/07	2.600,16	31.201,92
16	Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins	25.089.509/0001-83	Fornecimento de serviços de água e saneamento.	10.000/09	3.116,81	37.401,72
17	Ferrari e Cardoso Ltda	26.962.126/0001-30	Lavagem das viaturas da frota da SR-26/TO	11.000/09	4.166,66	49.999,92
18	Moara Comercio de Café LTDA.	06.221.781/0001-20	Fornecimento de café.	22.000/09	615,00	7.380,00
19	Maria do Socorro da Costa Reis - ME	02.610.348/0001-26	Fornecimento de açúcar.	21.000/09	214,50	2.574,00
20	Ribeiro e Lopes Ltda.	02.301.597/0001-30	Manutenção de equipamento informática das Unidades Avançadas.	04000/09	3.125,00	37.500,00
21	VIVO S/A	02.449.992/0193-45	Telefonia móvel.	17.000/07	1.500,00	18.000,00
22	Vera Ruth Carvalho Fidalgo	08.573.956/0001-94	Prestação de serviços contínuos terceirizados de recepção.	23.000/09	24.361,22	292.334,64
23	União Comércio e Serviços LTDA.	10.188.583/0001-80	Fornecimento de peças de informática para Unidades Avançadas.	05000/09	1.977,69	23.732,31
24	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica para Unidades Avançadas.	21.000/08	6.897,00	82.764,00
25	Exata Copiadora Ltda	06.055.186/0001-62	Serviços reprográficos diversos.	27.000/09	3.112,80	37.353,58
26	Elevadores Atlas Schindler S/A	00.028.986/0006-12	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 2 elevadores da sede da Regional.	30.000/09	750,00	9.000,00
27	DIN - Departamento de Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	Publicações no Diário Oficial da União	2010NE900013	3.333,33	40.000,00
28	LIMPS - Limpeza e Conservação Ltda	07.241.070/0001-80	Limpeza, conservação e zeladoria para SR-26/TO	1.000/07	19.285,69	231.428,28

Fonte: Divisão de Administração

2.4.10.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares."

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Previstas			Realizadas				
Física	Unidade	Financeira (R\$)	Física	Unidade	%	Financeira (R\$)	%
0	-	42.000,00	0,00	-	0,00	310.471,15	739,22

Fonte: SIAFI, Programação Operacional e Módulo de Monitoramento e Avaliação

Os gastos realizados na ação tiveram percentual de 739,22% acima do previsto em virtude da descentralização orçamentária para investimentos na aquisição de equipamentos de informática, despesas com contrato de internet banda larga para a sede e unidades avançadas, diárias, aquisição de peças e suprimentos e serviços de manutenção de equipamentos e rede. Deve-se ressaltar que o valor previsto inicialmente na PO/2009 foi subdimensionado em relação às despesas administrativas de manutenção e funcionamento de material permanente e rede, não considerando ainda investimentos na aquisição de equipamentos para suprir a necessidade da SR-26.

Investimentos em informática	
Equipamento	Quantidade
Impressora laser monocromática A4	8
Impressora multifuncional jato de tinta	2
Nobreak de 50 kva	1
Microcomputador	23
Notebook	15
Projeter multimídia	5
Impressora multifuncional monocromática laser	14
Chaveador KVM	1
Total	69

Fonte: Divisão de Administração

2.5 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	22201 2112201352272	-	-	96.593,42
		373001	22201 2112201372272	-	-	1.422.220,59
		373001	22201 2112201382272	-	-	98.231,50
		373001	22201 2112207502000	3.258,66	-	1.861.566,83
		373001	22201 2112211204304		-	7.975,02
		373001	22201 2112213502272	-	-	19.729,00
		373001	22201 2112214272272	-	-	150.978,72
		373001	22201 2112501382105	-	-	376.355,36
		373001	22201 2112607502003	-	-	129.810,07
		373001	22201 2112701382110	-	-	15.981,00
		373001	22201 2112701384426	-	-	89.994,96
		373001	22201 2112701388378	-	-	143.616,63
		373001	22201 2112713361642	-	-	37.028,41
		373001	22201 2112801394572	-	-	62.025,22
		373001	22201 2136313508370	-	-	338.740,41
		373001	22201 2160614274470	-	-	1.201.582,29
		373001	22201 2163101358374	-	-	543.389,77

		373001	22201 2163101358384	-	-	224.347,99
		373001	22201 2163101358387	-	-	493.423,60
		373001	22201 2163101372B06	-	-	113.034,56
		373001	22201 2163101374358	-	-	77.416,50
		373001	22201 2163101378398	-	-	1.217.520,00
		373001	22201 2163111202109	-	-	84.935,78
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	- -	-	-	-
	Recebidos	373001	22201 2112201382272	71.119,00	-	-
		373001	22201 2112207502000	953.720,82	-	-
		373001	22201 2112607502003	208.058,98	-	-
		373001	22201 2163101354460	-	1.474.519,43	-
		373001	22201 2163101370427	-	39.658.600,00	-
		373001	22201 2163101378396	8.951.678,00	-	-
		373001	22201 2163101378396	300.000,00	-	-
Externa	Concedidos	-	- -	-	-	-
	Recebidos	-	- -	-	-	-

Fonte: SIAFI/INCRA SEDE

Com relação ao quadro da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, esclarecemos que esta regional não tem crédito orçamentário consignado na Lei Orçamentária e para execução de suas ações constantes na Programação Operacional depende basicamente das provisões interna do Incra/Sede.

Informamos também que no exercício de 2009, essa regional não recebeu créditos orçamentário por movimentação externa e nem houve concessões. Dessa maneira, a execução dos créditos orçamentários por esta Regional se deram, apenas, por movimentação interna tanto em relação às despesas de capital quanto às correntes.

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	5.871.811,28	7.839.270,77	5.871.811,28	7.839.270,77
Convite	13.365,33	58.002,79	13.365,33	58.002,79
Tomada de Preços	2.355.031,57	1.410.459,09	2.355.031,57	1.410.459,09
Concorrência	1.488.889,12	3.757.686,84	1.488.889,12	3.757.686,84
Pregão	2.014.525,26	2.613.122,05	2.014.525,26	2.613.122,05
Contratações Diretas	607.330,14	578.466,72	578.466,72	578.466,72
Dispensa	430.433,98	403.903,42	403.903,42	403.903,42
Inexigibilidade	176.896,16	174.563,30	174.563,30	174.563,30
Regime de Execução Especial	150.369,68	175.711,34	150.369,68	175.711,34
Suprimento de Fundos	150.369,68	175.711,34	150.369,68	175.711,34
Pagamento de Pessoal	10.112.220,98	9.935.645,19	10.112.220,98	9.935.645,19
Pagamento em Folha	10.112.220,98	9.935.645,19	10.112.220,98	9.935.645,19
Diárias	1.164.113,67	1.803.847,97	1.164.113,67	1.798.730,22
Outros	39.488.949,10	50.947.591,43	39.488.949,10	50.947.591,43

Fonte: SIAFI/INCRA SEDE

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	5.536,28	3.258,66	-	3.258,66	5.536,28	3.258,66	-	-
Outros Benefícios Assistenciais	5.536,28	3.258,66	-	3.258,66	5.536,28	3.258,66	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	12.054.233,00	7.923.344,03	12.054.233,00	5.136.344,24	5.783.558,10	2.791.183,03	6.270.674,90	5.132.161,00
Diárias - Pessoal Civil	1.165.480,10	1.902.506,08	1.165.480,10	1.897.293,07	-	9.396,25	1.165.480,10	1.893.109,83
Material de Consumo	848.017,93	892.917,71	848.017,93	771.700,76	107.020,56	121.216,95	740.997,37	771.700,76
Passagens e despesas com locomoção	173.037,42	119.098,00	173.037,42	117.724,32	37.411,28	1.373,68	135.626,14	117.724,32
Serviços de Terceiros Pessoa Física	45.000,41	63.612,34	45.000,41	57.788,92	-	5.823,42	45.000,41	57.788,92
Locação de Mão de Obra	691.382,58	784.832,99	691.382,58	713.249,22	50.850,69	71.583,77	640.531,89	713.249,22
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.679.542,69	2.598.879,50	1.679.542,69	1.132.015,38	669.673,25	1.466.864,12	1.009.869,44	1.132.015,38
Contribuições ³	7.342.867,56	1.540.322,70	7.342.867,56	425.397,86	4.886.540,18	1.114.924,84	2.456.327,38	425.397,86
Obrigações Tributárias	63.740,00	21.174,71	63.740,00	21.174,71	31.792,86	-	31.947,14	21.174,71
Despesas de Exercícios Anteriores	36.025,86	-	36.025,86	-	269,28	-	35.756,58	-

³ Convênios de Assessoria Técnica firmados com o RURALTINS e Instituições privadas sem fins lucrativos.

Indenizações e Restituições	9.138,45	-	9.138,45	-	-	-	9.138,45	-
-----------------------------	----------	---	----------	---	---	---	----------	---

Fonte: SIAFI/INCRA SEDE

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	10.080.990,77	10.484.576,80	10.080.990,77	661.801,99	7.002.407,96	9.822.774,81	3.078.582,81	661.801,99
Contribuições ⁴	6.785.170,20	6.304.232,84	6.785.170,20	562.568,78	3.752.339,59	5.741.664,06	3.032.830,61	562.568,78
Obras e Instalações	3.158.800,80	3.825.689,54	3.158.800,80	9.999,91	3.113.048,60	3.815.689,63	45.752,20	9.999,91
Equipamento e Material Permanente	137.019,77	354.654,42	137.019,77	89.233,30	137.019,77	265.421,12	-	89.233,30
5 - Inversões Financeiras	23.983.236,43	41.133.119,43	23.983.236,43	19.453.119,43	7.110.400,00	21.680.000,00	16.872.836,43	19.453.119,43
Aquisição de Imóveis ⁵	3.098.636,43	1.474.519,43	3.098.636,43	1.474.519,43	-	-	3.098.636,43	1.474.519,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos ⁶	20.884.600,00	39.658.600,00	20.884.600,00	17.978.600,00	7.110.400,00	21.680.000,00	13.774.200,00	17.978.600,00
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/INCRA SEDE

⁴ Convênios firmados com municípios para a execução de obras de infra estrutura (Implantação e recuperação de estradas vicinais e introdução de sistema de distribuição de água) em Projetos de Assentamentos.

⁵ Pagamento de benfeitorias de imóveis desapropriados.

⁶ Concessão de Crédito Instalação em suas diversas modalidades as famílias assentadas.

No decorrer do exercício, um dos principais fatos que afetaram a execução orçamentária e consequentemente a possibilidade de maior intervenção desta Regional com melhor prestação de serviços à sociedade foi a edição do Decreto nº. 6.808, de 27 de março de 2009, que determinou corte orçamentário na Programação Operacional do Incra. Dessa maneira a Regional teve de implementar novas formas de atender ao público alvo da reforma agrária, como mutirões em diversos municípios pólos, onde eram prestados vários serviços, economizando recurso tanto por parte desta Regional quanto pelas famílias assentadas.

Destacamos também a criação da SRFA/09 (Superintendência Regional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal), que implicou na remoção de servidores para a nova estrutura de execução da regularização fundiária na Amazônia legal, problemas ocorridos nos procedimentos licitatórios dos serviços de meio ambiente nos exercícios de 2008 e 2009. É importante também esclarecer que o limite de recursos financeiro para liquidar empenhos interfere diretamente na execução orçamentária, gerando dessa maneira passivos de restos a pagar.

É oportuno esclarecer que a SR-26 atua há vários exercícios com capacidade operacional reduzida (veículos, servidores, equipamentos e recursos financeiros), impedindo atender a maior parcela do nosso público alvo.

2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	82.653,75	126.646,41	115.088,14
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.032.362,27	1.165.480,10	1.897.293,07
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.790.723,43	1.792.351,43	1.938.132,64
3.1. Publicidade ⁷	136.936,66	51.522,50	43.381,95
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	608.342,08	611.708,28	619.325,58
3.3. Tecnologia da informação	90.451,64	87.933,17	134.071,42
3.4. Outras Terceirizações	954.993,05	1.041.187,48	1.141.353,69
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	194.609,00	150.369,68	175.711,34
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
TOTAIS	3.100.348,45	3.234.847,62	4.126.225,19

Fonte: SIAFI/INCRA SEDE

⁷ Publicidade legal, Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação.

2.4.4 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta prevista PO 2009	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta prevista PO 2009	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
21	631	135	8384	A	3	Familia Assentada	2.510,00	2.018	1.492	100.500,00	158.499,26	190.318,00
21	631	135	8387	A	3	Área Vistoriada	229.200,00	137.165,53	98.624,00	284.000,00	383.527,01	355.046,00
21	631	135	4460	A	3	Área Obtida	30.362,00	13.233,18	14.567,00	23.362.280,00	10.302.275,63	23.252.815,00
21	631	135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	63	7	293	510.971,00	408.014,18	7.406.000,00
21	122	135	2272	A	4	-	-	-	-	73.858,52	73.858,52	-
21	631	137	8396	A	3	Familia Atendida	2.449,00		2.304	8.951.678,00	9.251.678,00	7.675.769,00
21	631	137	8398	A	3	Familia Atendida	2.522,00	-	2.747	1.318.195,00	1.217.520,00	2.197.741,00
21	631	137	4358	A	3	Documento de Titulação Expdido	234	4.515	2.056	33.917,00	70.439,23	268.283,00
21	631	137	2B06	A	3	Unidade Familiar Atendida	1133	0	112	1.132.684,00	74124,59	269.440,00
21	631	137	427	OP	3	Familia Atendida	2.449	4.357	2.066	27.669.379,00	39.658.600,00	14.607.019,00
21	122	137	2272	A	4	-	-	-	-	487.119,00	1.072.821,32	470.850,00
21	125	138	2105	A	4	Imovel Gerenciado	8.698,00	3.960	8.000	78.279,00	274.343,44	72.000,00
21	127	138	4426	A	4	Área Medida e	622,00	-	64.989,00	9.700,00	53.929,73	885.743,00

						Georreferenciada						
21	127	138	2110	A	3	Área Regularizada	-	-	3.340,00	-	15.981,00	1.410.000,00
21	127	138	8378	A	3	Área Diagnosticada Destinada	-	-	300.000,00	-	100.973,75	368.000,00
21	127	138	2272	A	4	-	-	-	-	-	157.130,88	-
21	128	139	4572	A		Servidor Capacitado	80	75	61	58.589,59	58.589,59	89.965,00
21	631	1120	2109	A	4	Família Acampada Assistida	-	1.575	-	-	58.837,71	-
21	631	1120	4304	A	4	Família assistida	-	60	-	-	7.975,02	-
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada	3	-	2	127.500,00	37.028,41	299.800,00
21	363	1350	8370	A	4	Profissional Formado	-	-	300	-	338.740,41	1.500.000,00
21	122	1350	2272	A	4	-	-	-	-	-	16.729,00	30.000,00
21	606	1427	4470	A	3	Família Atendida	3.017,00	-	18.979	2.281.000,00	1.201.582,29	14.528.000,00
21	122	1427	2272	A	4	-	-	-	-	34.642,00	127.988,98	219.269,00
21	122	750	2000	A	4	-	-	-	-	911.538,00	2.740.268,99	200.000,00
21	122	750	2003	A	4	-	-	-	-	42.000,00	310.471,15	-

Fonte: SIAFI, Programação Operacional e Programação Operacional/ 2010.

Em relação a este demonstrativo, quanto a execução física, suas principais análises explicações (problemas, justificativas e resultados alcançados) foram abordados no item 2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade, todavia, conforme o demonstrativo abaixo fazemos uma análise da execução tanto orçamentária quanto financeira.

Programa	Ação	Execução Financeira									
		Meta prevista PO 2009	Meta a ser realizada em 2010	Provisão Recebida (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	% (e=b/a)	% (f=c/a)	% (g=d/a)	% Restos a Pagar
135	8384	100.500,00	190.318,00	160.490,00	158.499,26	157.728,10	157.728,10	98,76	98,28	98,28	0,49
135	8387	284.000,00	355.046,00	404.481,70	395.389,71	383.969,97	383.527,01	97,75	94,93	94,82	3,00
135	4460	23.362.280,00	23.252.815,00	1.474.519,43	1.474.519,43	1.474.519,43	1.474.519,43	100,00	100,00	100,00	-
135	8374	510.971,00	7.406.000,00	504.081,47	408.014,18	218.364,28	218.364,28	80,94	43,32	43,32	46,48
135	2272	73.858,52	-	74.619,82	73.858,52	73.313,28	73.313,28	98,98	98,25	98,25	0,74
137	8396	8.951.678,00	7.675.769,00	9.251.678,00	9.251.678,00	562.568,78	562.568,78	100,00	6,08	6,08	93,92
137	8398	1.318.195,00	2.197.741,00	1.217.520,00	1.217.520,00	169.272,00	169.272,00	100,00	13,90	13,90	86,10
137	4358	33.917,00	268.283,00	71.916,50	70.439,23	57.980,22	57.980,22	97,95	80,62	80,62	17,69
137	2B06	1.132.684,00	269.440,00	98.034,56	74.124,59	73.312,57	72.887,83	75,61	74,78	74,35	1,67
137	427	27.669.379,00	14.607.019,00	39.658.600,00	39.658.600,00	17.978.600,00	17.978.600,00	100,00	45,33	45,33	54,67
137	2272	487.119,00	470.850,00	1.080.378,74	1.072.821,32	982.713,57	979.398,03	99,30	90,96	90,65	8,71
138	2105	78.279,00	72.000,00	277.781,17	274.343,44	263.290,38	263.290,38	98,76	94,78	94,78	4,03
138	4426	9.700,00	885.743,00	53.929,81	53.929,73	51.594,90	51.594,90	100,00	95,67	95,67	4,33
138	2110	-	1.410.000,00	15.981,00	15.981,00	15.981,00	15.981,00	100,00	100,00	100,00	-
138	8378	-	368.000,00	114.518,60	100.973,75	97.118,20	97.118,20	88,17	84,81	84,81	3,82
138	2272	-	-	158.063,50	157.130,88	86.011,72	86.011,72	99,41	54,42	54,42	45,26
139	4572	58.589,59	89.965,00	58.589,59	58.589,59	56.349,59	56.349,59	100,00	96,18	96,18	3,82
1120	2109	-	-	67.167,25	58.837,71	56.347,09	56.347,09	87,60	83,89	83,89	4,23
1120	4304	-	-	7.975,02	7.975,02	7.975,02	7.975,02	100,00	100,00	100,00	100,00
1336	1642	127.500,00	299.800,00	37.028,41	37.028,41	35.020,41	35.020,41	100,00	94,58	94,58	5,42
1350	8370	-	1.500.000,00	338.740,41	338.740,41	171.868,31	171.868,31	100,00	50,74	50,74	49,26
1350	2272	-	30.000,00	16.729,00	16.729,00	16.729,00	16.729,00	100,00	100,00	100,00	-
1427	4470	2.281.000,00	14.528.000,00	1.201.582,29	1.201.582,29	253.529,55	253.529,55	100,00	21,10	21,10	78,90
1427	2272	34.642,00	219.269,00	129.478,72	127.988,98	127.381,48	127.381,48	98,85	98,38	98,38	0,47
750	2000	911.538,00	200.000,00	2.742.128,49	2.740.268,99	1.596.799,76	1.593.541,10	99,93	58,23	58,11	41,85
750	2003	42.000,00	-	330.718,53	310.471,15	105.767,79	105.767,79	93,88	31,98	31,98	65,93
TOTAL		67.467.830,11	76.296.058,00	59.538.756,99	59.348.059,57	25.066.131,38	25.058.689,48	99,68	42,10	42,09	57,78

SIAFI, Fonte: SIAFI, Programação Operacional e Programação Operacional/ 2010.

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer do exercício de 2009, esta regional conseguiu empenhar 99,68 % da provisão orçamentária recebida - sendo que dos recursos empenhados 57,78 % ficaram em restos a pagar o que exigirá grandes esforços desta regional a fim de reduzir esse passivo e de exercícios anteriores- liquidou 42,10 % e pagou 42,09%.

Em várias ações foram provisionados créditos à Regional a maior que o previsto na Programação Operacional, isso se explica, em parte, ao quantitativo de recursos que ficam em reserva técnica no INCRA/SEDE a fim de serem descentralizados por a partir das demandas das Regionais, ou mesmo a não execução de ações por parte de outras Regionais, sendo, que dessa maneira, os recursos não executados é recolhido pelo INCRA/SEDE e disponibilizado à Superintendências. Citamos também que em muitos casos os recursos das ações são subdimensionados na Programação Orçamentária a fim de atender aos limites impostos pela Lei Orçamentária.

Com relação ao exercício de 2010, houve um acréscimo em torno de 13% (no total relação aos programas apresentados no demonstrativo) sendo que merece destaque a as ações 4470 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados a qual houve um aporte de 500 %, e 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas com o decréscimo de 47%.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o Incra tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	171	175	228
Próprios	169	175	228
Requisitados	2	0	0
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	6	6	0
Estatutários	6	6	0
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	0	0	0
Total	177	181	228

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas/INCRA Administração Central

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	187	2.637.542,32	207.832,86	4.883.877,90	303.505,50	0,00
2008	189	3.896.947,58	184.421,46	5.419.299,65	534.707,48	1.759,08
2009	177	5.326.495,83	168.508,26	3.687.862,97	679.907,60	0,00
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	4	0,00	89.301,22	0,00	0,00	0,00
2008	5	0,00	116.666,92	0,00	0,00	0,00
2009	6	0,00	156.956,85	0,00	0,00	0,00
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Requisitados sem ônus para a UJ						

2007	2007	1	0,00	12.536,22	0,00	0,00
2008	2008	3	0,00	75.085,73	0,00	1.368,75
2009	2009	2	0,00	72.870,53	0,00	4.754,74

Fonte – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas/INCRA Administração Central

Observação: o processamento da folha de pagamento de pessoal referente a totalidade de servidores lotados no nesta Regional é realizado na divisão de pagamento da Coordenação Geral de Pessoas do INCRA/administração Central. Nesta regional é feita apenas atualização das informações de pagamento mensalmente no sistema SIAPE, conforme consta do art. 114, inciso i, alínea “b”, da portaria n.º 20, de 8 de abril de 2009, que instituiu o regimento interno do INCRA.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	34	611.660,39	2	12.682,67	0	0	15	38.856,62
2008	34	611.708,28	14	78.992,24	0	0	10	41.689,52
2009	34	658.468,09	24	133.222,41	0	0	9	56.152,24

Fonte – Divisão de Administração/Gestão de Contratos

1. Com relação ao item de Apoio Administrativo, no exercício de 2009, havia 16 postos de trabalho até 19/06, adicionado 04 postos de 20/06 até 30/11, finalizando em 24 postos a partir de 01/12.
2. As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de Área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta Regional nenhum contrato com esta característica.
3. As informações contidas na coluna estagiários foram fornecidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas/INCRA Administração Central

3.2 Humanos Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra da Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									
Não foi celebrado nesta Regional nenhum contrato com esta característica.									

Fonte: Divisão de Administração/serviço de gestão de contratos.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.

Esta regional não instituiu no exercício indicadores gerenciais de recursos humanos.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A força de trabalho da SR-26 é composta por 171 servidores estatutários efetivos, 6 não efetivos ocupantes de cargos comissionados, 2 servidores requisitados e 1 servidor com lotação descentralizada. Há ainda 18 servidores de termos de cooperação técnica com Prefeituras, colocados à disposição do órgão sem ônus, 9 estagiários e 58 terceirizados.

Avaliamos que em termos quantitativos, a força de trabalho é insuficiente para atender a demanda de atribuições e atividades organizacionais em curso. Essa insuficiência de pessoal é agravada pela perspectiva de aposentadorias. Do total de servidores efetivos, 44 preencheram os requisitos necessários para aposentadoria (tempo de idade e tempo de contribuição).

O ingresso de 67 novos servidores dos concursos de 2004 e 2005 melhorou a composição da força de trabalho em termos quantitativos e qualitativos. Contudo, já registramos a evasão de 20 servidores.

Consideramos que a força ideal seria de 300 de servidores efetivos. Desta forma, a médio e longo prazo, é fundamental a renovação do quadro efetivo sob pena de não cumprimento da missão e atribuições institucionais do órgão no estado. Informamos que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio da portaria Nº 508, de 22 de dezembro de 2009, autorizou a realização de concurso público para o provimento de 550 cargos do quadro de pessoal do Incra. A SR-26 solicitou à direção nacional da autarquia o provimento de 51 cargos, em caráter emergencial, assim distribuídos:

Nível	Cargo	Habilitação	Vagas
Intermediário	Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Ensino Médio Técnico	10
Superior	Analista Administrativo	Ciências contábeis	5
		Qualquer Formação	6
	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Antropologia	2
		Engenharia Civil	5
		Engenharia de Agrimensura e/ou	10
		Engenharia Florestal	3
	Engenheiro Agrônomo	Agronomia	10
TOTAL			51

Fonte: Divisão de Administração

Em relação ao provimento de cargos pelo novo concurso público, considerando os diferentes programas e suas ações executadas pela Superintendência e as demandas específicas de profissionais habilitados, informamos que o profissional responsável por ação é: Vistoria e Avaliação de Terras (Engenheiro Agrônomo e Topógrafo); Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos (Engenheiro Civil e Técnico em Edificações), Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Técnico Agrícola e Engenheiro Agrônomo), Georreferenciamento da Malha Fundiária/Certificação de Imóveis Rurais e Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento (Engenharia de Agrimensura e Topógrafo), Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária (Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Agrimensor), Reconhecimento, Demarcação e Titulação de áreas remanescentes de Quilombos (Antropólogo e Engenheiro Agrônomo), Administração da Unidade (Analista Administrativo qualquer formação) e Análise das prestações de contas de convênios e cálculo de títulos (Ciências Contábeis);

Ao avaliarmos a adequação de área-meio em relação à área-fim, informamos que a distribuição por área da regional é:

Setor	Área Meio	Área Fim
Gabinete e Procuradoria	12	0
Divisão de Administração	38	0
Divisão de Desenvolvimento	7	25
Divisão de Obtenção de Terras	4	13
Divisão de Ordenamento Fundiário	2	17
Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia de Legal	1	4
Unidades Avançadas	40	22
Total	104	81

Fonte: Divisão de Administração

Diante da demanda de atividades e atribuições institucionais, entendemos que seria necessário acréscimo de 30% de pessoal nas áreas meio e fim. Deve-se ressaltar que 26 servidores da área meio estão lotados na área fim devido à insuficiência de pessoal para execução das ações finalísticas.

Sobre a adequação qualitativa dos quadros à missão organização, a força de trabalho é composta por 115 servidores estatutários efetivos de nível intermediário e 52 de nível superior. O acréscimo de novos servidores nos últimos concursos ampliou de forma significativa o percentual de servidores estatutários com cargos de escolaridade de nível superior. Deve-se destacar ainda que o provimento de cargos com o novo concurso também privilegia a contratação de profissionais com formação de nível superior para atender a demanda do órgão em áreas específicas.

Informamos ainda que a SR-26 não teve nos últimos exercícios, nenhuma política ou plano de demissão voluntária. Em relação à terceirização, a regional conta com 24 contratados na área de apoio administrativo e 34 nas áreas de conservação e vigilância.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
NÃO HOUVE, NO EXERCÍCIO DE 2009, MOVIMENTAÇÃO NESTA CONTA CONTÁBIL.					
TOTAL					

Fonte: SIAFI

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	34.289.774,60	169.909,04	4.634.516,82	29.485.348,74
2008	6.454.643,38	0,00	469.297,70	5.985.345,68

Os valores inscritos e executados em restos a pagar nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se, principalmente, às obras de infraestrutura, serviços de topografia e licenciamento ambiental em projetos de assentamentos, construção do prédio sede da Unidade Avançada de Gurupi, reconstrução da cobertura do prédio sede da Unidade Avançada de Araguaína, Crédito Instalação à famílias assentadas em diversos assentamentos e Serviços de Assessoria Técnica.

Esclarecemos que esses valores estão relacionados, em sua maioria, às contratações dos serviços citados, que ocorreram no segundo semestre, à insuficiência de recursos financeiros para liquidar as diversas modalidades do crédito instalação e as pendências na documentação das convenientes (licenciamento ambiental e análise/aprovação de projeto básico de obras de infraestrutura pelo setor de engenharia). Informamos ainda que em relação aos convênios de infraestrutura em projetos de assentamento, a falta de regularidade fiscal das prefeituras atrasou e dificultou a contratação de investimentos ou o pagamento dos serviços executados, ficando parte do valor devido em restos a pagar. Diante do exposto, a maioria dos serviços mencionados foi contratada no final do exercício de 2009.

Fonte: SIAFI

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências										
Concedente(s) Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins										
UG / CNPJ		Denominação								
373085/00.375.972/0001-60		Órgão da administração indireta do Poder Executivo								
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.	Obs:
							Início	Fim		
1	626696	25.064.064/0001-36 - Prefeitura Municipal de Cachoeirinha	224.761,51	6.742,84	149.706,14	-	16-jun-08	15-mar-09	6	Não foi liberada parcela em virtude de CAUC do conveniente. Não apresentou prestação de contas. Registrada como inadimplente. Sentença judicial ordenou a suspensão da inadimplência e a imputação da responsabilidade ao ex-gestor. Convênio em TCE.
1	627478	01.067.891/0001-66 - Prefeitura Municipal de Monte do Carmo	315.000,00	15.000,00	200.000,00	100.000,00	16-jun-08	13-jun-09	2	O objeto não foi executado integralmente. Registrada

										inadimplência. Tem recursos a devolver. Processo em TCE.
1	627390	25.063.926/0001-57 - Prefeitura Municipal de Riachinho	567.942,00	17.038,26	550.904,00	109.783,74	3-jul-08	27-ago-09	5	
1	627359	25.063.983/0001-36 - Prefeitura Municipal de São Bento	392.430,00	11.772,90	380.657,08	-	3-jul-08	9-jan-09	5	
1	701885	00.766.733/0001-31 - Prefeitura Municipal de São Sebastião	309.000,00	9.270,00	149.865,00	149.865,00	24-dez-08	24-jun-09	0	Recursos liberados parcialmente em virtude de CAUC do conveniente. Engenharia atestou execução proporcional aos recursos liberados em relação ao objeto. Prestação de contas em fase de análise.
1	627677	02.133.098/0001-23 - Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	151.968,72	7.236,60	144.732,10	82.525,53	4-jul-08	29-ago-09	5	
1	702465	25.061.722/0001-87 - Prefeitura Municipal de Buriti	446.050,00	13.381,50	432.668,50	432.668,50	31-dez-08	25-dez-09	0	Objeto executado. Em fase de análise de prestação de contas.
1	701984	25.063.926/0001-57 - Prefeitura Municipal de Riachinho	484.183,87	14.525,52	469.658,35	469.658,35	30-dez-08	19-nov-09	5	
1	703353	01.613.093/0001-92 - Prefeitura Municipal de Monte Santo	268.041,24	8.041,24	-	-	31-dez-09	30-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	702016	25.086.604/0001-23 - Prefeitura Municipal de Pequizeiro	335.406,39	16.406,40	-	-	10-dez-09	10-jul-10	0	Em execução, convênios

										firmados no final do exercício de 2009.
1	704558	25.061.789/0001-11 - Prefeitura Municipal de Praia Norte	257.125,28	7.525,28	-	-	10-dez-09	10-abr-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	704559	00.299.198/0001-56 - Prefeitura Municipal de Porto Nacional	149.424,20	4.500,00	-	-	30-dez-09	28-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	703592	01.237.403/0001-11 - Prefeitura Municipal de Araguatins	1.475.767,42	75.767,42	-	-	30-dez-09	30-dez-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	703587	01.613.086/0001-90 - Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade	226.600,00	6.798,00	-	-	10-dez-09	9-abr-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	703346	25.043.449/0001-68 - Prefeitura Municipal de São Valério	265.183,83	8.201,76	-	-	30-dez-09	30-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	703533	25.063.884/0001-54 - Prefeitura Municipal de Aragominas	935.847,72	28.943,98	-	-	24-dez-09	24-jul-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	704704	25.063.926/0001-57 - Prefeitura Municipal de Riachinho	577.319,58	17.319,58	-	-	24-dez-09	24-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final

										do exercício de 2009.
1	703405	00.766.725/0001-95 - Prefeitura Municipal de Axixá	609.275,36	21.805,35	82.021,01	82.021,01	19-nov-09	17-abr-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	703339	24.851.487/0001-84 - Prefeitura Municipal de Caseara	495.410,07	14.862,30	480.547,77	480.547,77	30-jul-09	30-jan-10	5	
1	723260	02.133.098/0001-23 - Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	125.753,80	6.650,75	-	-	29-dez-09	26-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	723451	01.809.474/0001-41 - Prefeitura Municipal de Natividade	309.285,72	9.285,72	-	-	30-dez-09	30-jun-10	0	Em execução, convênios firmados no final do exercício de 2009.
1	636934	01.197.155/0001-22 - AESCA	1.212.780,00	108.780,00	714.375,61	338.740,41	1-dez-08	30-dez-11	0	Em execução
1	601059	33307604000134 - ITERTINS	695.508,20	69.550,82	625.957,42	-	27-dez-07	26-dez-10	0	Em Execução
1	701021	25052507000110 -RURALTINS	696.637,00	101.000,00	411.673,50	411.673,50	1-dez-08	31-dez-10	0	Em execução
1	632156	02003277000101 - COOPTER	3.581.039,00	107.431,17	1.202.887,09	759.601,94	18-ago-08	17-jan-12	0	Em execução
1	637545	02003277000101 - COOPTER	5.683.570,78	170.507,12	1.591.123,65	1.308.237,91	26-nov-08	31-dez-11	0	Em execução
1	636889	02059774000113 - COOPVAG	7.093.527,00	212.805,81	2.154.752,18	706.179,30	30-out-08	31-dez-11	0	Em execução
1	701.979	25052507000110 - RURALTINS	2.292.400,00	379.920,00	-	-	26-dez-08	31-dez-11	0	Em execução, não houve repasses em 2009 por motivos de inadimplência da Conveniente

1	70.976	25052507000110 - RURALTINS	4.161.366,67	533.120,00	-	-	26-dez-08	31-dez-11	0	Em execução, não houve repasses em 2009 por motivos de inadimplência da Conveniente
1	517732	25052507000110 - RURALTINS	4.709.783,64	429.097,00	3.051.157,04	-	20-dez-04	29-abr-10	0	Em execução

Fonte: SIAFI, DD, DF e DT

CONVÊNIOS APROVADOS COM RESSALVAS			
CONVÊNIO	SIAFI	MUNICIPIO	RESSALVA
17.000/2007	627520	Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins	Convênio aprovado com ressalvas, visto que, o município executou o objeto, mas foi constatado indícios de fraude na licitação.
13.000/2009	627677	Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	Convênio aprovado com ressalvas, pois o município executou o objeto, porém descumpriu a legislação ao efetuar pagamentos por meio de cheques.
2.000/2007	626414	Prefeitura Municipal de Pau D'arco	Convênio aprovado com ressalvas, pois o município executou o objeto, porém descumpriu a legislação ao efetuar pagamentos por meio de cheques e há indícios de fracionamento da licitação;
11.000/2008	627359	Prefeitura Municipal de São Bento do Tocantins	Convênio aprovado com ressalvas, pois o município executou o objeto, porém descumpriu a legislação ao efetuar pagamento por meio de cheques.

Fonte: Serviço de Contabilidade

Em relação ao quadro a Quadro de Detalhamento de Transferências, relatamos que essas transferências têm uma série de dificuldades, tais como: inadimplência das convenientes junto ao CAUC (no curso da vigência da parceria), problemas com licenciamento ambiental - o que gera atrasos no início das obras, dificuldades nas prestações de contas (parcial e final), sendo que tais fatores contribuem diretamente para aumentar o passivo de restos a pagar.

Todavia, a regional entende que essa modalidade (convênios) é a melhor maneira de envolver os atores sociais (Municípios, Estado, Órgãos e Associações) em torno do tema da Reforma Agrária, a fim de assegurar benefícios e investimentos em infraestrutura (estradas e sistema de distribuição de água), serviço de ATES, demarcação topográfica, recuperação de áreas degradadas, com o objetivo de promover melhorias na qualidade de vida nos assentamentos.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

9. Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

No exercício de 2009 não houve por parte da Auditoria Interna recomendações, apenas solicitações de informações, MEMO/AUD/Nº 461/2009 e MEMO/AUD/Nº 398/2009. Informamos que no exercício de 2008 foi encaminhada pela Auditoria Interna a recomendação MEMO/AUD/Nº07/2008 (utilização do Cartão Cooperativo), que teria efeito em vários exercícios, as quais esclarecemos:

- Instrua os responsáveis pela concessão, controle e acompanhamento dos suprimentos de fundos, para que exijam dos supridos da entidade que não incorram novamente nas falhas apontadas durante a análise das prestações de contas, em cumprimento ao estipulado na Macrofunção SIAFI 02.11.21, item 11 (cf. item 9.1.7 do relatório de auditoria);
- Oriente seus supridos no sentido de que juntem às prestações de contas de suprimentos de fundos os documentos originais devidamente atestados, emitidos em nome da autarquia, comprovando as despesas realizadas, em cumprimento ao contido no item 11.4.5 da Macrofunção SIAFI 02.11.21 (cf. item 9.1.6 do relatório de auditoria);
- Informe nas suas contas de 2008 a respeito do cumprimento das determinações que ora lhe estão sendo endereçadas.

Esclarecemos que as recomendações já vinham sendo observadas rotineiramente no ato da análise das prestações dessa natureza de despesa..

De qualquer forma, tomamos conhecimentos das recomendações e encaminhamos também para os responsáveis pela concessão e principalmente para todos os supridos para observação das determinações.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	012.373/2002	2201/2006	9.1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra - Superintendência Regional em Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com base no art. 43 da Lei nº 8.443/1992, que: dê prosseguimento ao plano de combate à grilagem de terras da União no Estado de Tocantins;</p> <p>envide esforços para dotar a Superintendência Regional em Tocantins (SR-26) de recursos humanos e materiais necessários ao desempenho adequado de suas atribuições, especialmente no que se refere ao combate à grilagem de terras na região;</p> <p>Informe em suas contas anuais as ações implementadas para dar cumprimento aos subitens anteriores.</p>					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária					4148
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>- Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - os imóveis rurais com área superior de 5.000 (cinco) mil hectares estão inibidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, e somente serão desinibidos com a consequente emissão do Certificado de Cadastro Rural – CCIR depois de sofrerem uma atualização cadastral com o georreferenciamento e processo de fiscalização encerrados, nos termos da Instrução Normativa INCRA nº 28/06 e Portaria INCRA /P/Nº12/2006;</p> <p>- Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional - consiste na certificação dos trabalhos de georreferenciamento no Estado do Tocantins. Atualmente há 2597 (dois mil quinhentos e noventa e sete) processos protocolizados nesta SR/26, sendo que passam por uma análise de dominialidade, e somente os trabalhos certificados e o CCIR serão emitidos após comprovada a cadeia sucessória, o que validam, ou seja, posses sobre terras públicas o processo é encaminhado ao Itertins ou a SRFA (09).</p> <p>- Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos - abertos 22 (vinte e dois) processos, que estão sendo trabalhados por esta Superintendência.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	026.065/2006-9	Relação 131/2007 – 2ª	1		

		Câmara			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
Informe nas próximas contas o andamento da cobrança que está sendo efetivada em decorrência das impropriedades verificadas nas prestação de contas do convenio 22000/2002, celebrado com a Prefeitura Municipal de Sandolândia/TO					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					4148
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi instaurada em 05 de Julho de 2004 sindicância no âmbito da Superintendência do INCRA Tocantins (PROCESSO 54400.000683/2004-53), com julgamento em 29 de abril de 2005, com sugestão de recolhimento dos débitos apurados no valor de R\$ de 6.865,90 (seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos). Acolhido a sugestão em fase de julgamento em 29 de abril de 2005, pelo superintendente do INCRA do Tocantins. Foi executado obras no valor de R\$ 4.250,88, atestada pela equipe de engenharia em 28 de junho de 2006, restando o valor de R\$ 9.151,82 (nove mil, cento cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), conforme informação do Chefe de Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade, datada de 22 de outubro de 2007. Conforme consulta da arrecadação feita nesta data no SIAFI houve o devido pagamento do restante que totalizou em R\$ 9.679,61 (nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos).					
Síntese dos resultados obtidos					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

ATOS	QUANTIDADE
Desligamento	01
Aposentadoria	02
Pensão	01

Fonte: Serviço de Gestão de Pessoas

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

No exercício de 2009, foram realizados diversos mutirões a fim de estreitar a distância entre a Regional e as famílias assentadas em diversos projetos de assentamentos no Tocantins.

Foram realizados 08 (oito) mutirões da reforma agrária, abrangendo 28 municípios pólos, com assistência a 93 projetos de assentamentos, com o total de 8.658 famílias beneficiárias do programa de reforma agrária. Para demonstrar os resultados alcançados por essa estratégia de atuação, apresentamos o quadro abaixo:

Ação	Quantidade
Famílias Cadastradas e Assentadas	1.723
Vistorias de Levantamento Ocupacional	1.436
Contrato de Concessão de Uso	4.515
Processo de Cancelamento de Títulos	335
Declaração Acesso ao PRONAF ⁸ - DAP	1.413
Emissão de Certidão para Fins de Aposentadoria	4.276
Notificação de Ocupação Irregular	162
Processos de Retomada de Lotes Julgados	149
Processos Encaminhados a Procuradoria	18
Lotes Reintegrados	5
Projetos Visando Acessar o Terra Sol ⁹	5

Fonte: Divisão de Desenvolvimento

15. Informações Contábeis da Gestão

Em anexo

⁸ Informamos que a quantidade de DAP's emitidas não corresponde necessariamente a quantidade de contratos firmados.

⁹ Projetos em análise.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Esta Superintendência Regional ainda não institucionalizou os indicadores de gestão, conforme consta no quadro II C.6 da decisão normativa TCU 100, de 07 de outubro de 2009.

Esclarecemos que os mesmos serão institucionalizados no âmbito desta Regional, por meio de instrumento legal em 2010, e acompanhados no decorrer do exercício a fim de que tenha uma utilização efetiva com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão.

José Roberto Ribeiro Forzani
Superintendente Regional SR26/TO

Berenice Kran de Oliveira
Chefe da Divisão de Administração

Ruberval Gomes da Silva
Chefe Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos

Edvaldo Soares de Oliveira
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos
de Assentamentos

Eleusa Maria Gutemberg
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária